

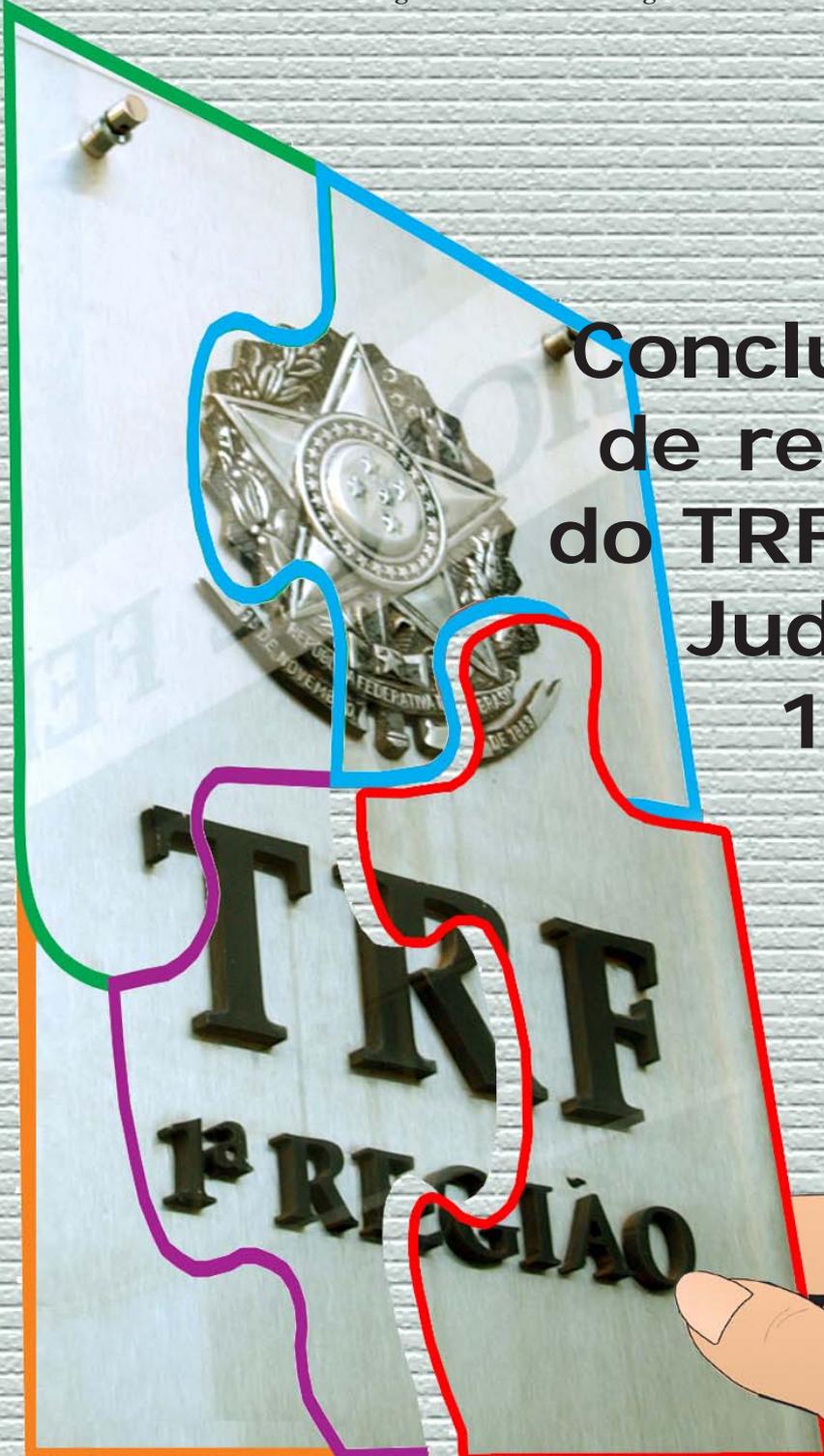
# Destaque

Empossada nova  
Desembargadora Federal



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano IV n. 29 janeiro/fevereiro 2005



## Concluída proposta de reestruturação do TRF e das Seções Judiciárias da 1ª Região



# Composição do TRF-1ª Região

(desde 31 de dezembro de 2004)

## Plenário

### Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente  
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente  
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral  
Tourinho Neto  
Catão Alves  
Jirair Aram Meguerian  
Carlos Fernando Mathias  
Olindo Menezes  
Luciano Tolentino Amaral  
Cândido Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Carlos Moreira Alves  
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes

Carlos Olavo  
Amilcar Machado  
Antônio Ezequiel da Silva  
Daniel Paes Ribeiro  
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira  
João Batista Gomes Moreira  
Antônio Souza Prudente  
Selene Maria de Almeida  
Sebastião Fagundes de Deus  
Antônio Sávio de Oliveira Chaves  
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues  
Maria do Carmo Cardoso  
Leomar Barros Amorim de Sousa  
Neuza Maria Alves da Silva

## Corte Especial

### Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente  
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente  
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral  
Tourinho Neto  
Catão Alves  
Jirair Aram Meguerian  
Carlos Fernando Mathias  
Olindo Menezes  
Luciano Tolentino Amaral

Ítalo Fioravanti Sabo Mendes  
Carlos Olavo  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Antônio Souza Prudente  
Selene Maria de Almeida  
Sebastião Fagundes de Deus  
Antônio Sávio de Oliveira Chaves  
Maria do Carmo Cardoso

## Conselho de Administração

### Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente  
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente  
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral  
Tourinho Neto  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Antônio Souza Prudente

### 1ª SEÇÃO

#### Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente  
Jirair Aram Meguerian  
Carlos Moreira Alves  
Amilcar Machado  
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira  
Antônio Sávio de Oliveira Chaves  
Neuza Maria Alves da Silva

### 2ª SEÇÃO

#### Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente  
Tourinho Neto  
Olindo Menezes  
Cândido Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes  
Carlos Olavo

### 3ª SEÇÃO

#### Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Antônio Souza Prudente  
Selene Maria de Almeida  
Sebastião Fagundes de Deus  
Maria Isabel D. Gallotti Rodrigues

### 4ª SEÇÃO

#### Desembargadores Federais

Mário César Ribeiro – Presidente  
Catão Alves  
Carlos Fernando Mathias  
Luciano Tolentino Amaral  
Antônio Ezequiel da Silva  
Maria do Carmo Cardoso  
Leomar Barros Amorim de Sousa

### 1ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Luiz Gonzaga Barbosa – Presidente  
Amilcar Machado  
Antônio Sávio de Oliveira Chaves

### 3ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Olindo Menezes – Presidente  
Tourinho Neto  
Cândido Ribeiro

### 5ª TURMA

#### Desembargadores Federais

João Batista Moreira – Presidente  
Selene Maria de Almeida  
Sebastião Fagundes de Deus

### 7ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Luciano Tolentino Amaral – Presidente  
Catão Alves  
Antônio Ezequiel da Silva

### 2ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Jirair Aram Meguerian – Presidente  
Carlos Moreira Alves  
Neuza Maria Alves da Silva

### 4ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Ítalo Fioravanti Sabo Mendes – Presidente  
Hilton Queiroz  
Carlos Olavo

### 6ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Antônio Souza Prudente – Presidente  
Daniel Paes Ribeiro  
Maria Isabel D. Gallotti Rodrigues

### 8ª TURMA

#### Desembargadores Federais

Maria do Carmo Cardoso – Presidente  
Carlos Fernando Mathias  
Leomar Barros Amorim de Sousa

## As boas novas de 2005

Um novo ano sempre chega impulsionado por sentimentos de renovação e de promoção de mudanças. O Tribunal traz a novidade da apresentação de proposta de reestruturação no quadro de pessoal e de funções para os órgãos que compõem a Primeira Região. Há muito, constata-se a necessidade de reformulação e ampliação da estrutura do Tribunal e das Seções e Subseções a ele vinculadas, devido ao crescimento constante de demandas. Os trabalhos da comissão, instituída pelo Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira e coordenada pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, para elaboração da proposta estenderam-se por três meses de análises e compilações das sugestões apresentadas pelas unidades e setores envolvidos, de reuniões e discussões, culminando na adequação do projeto às necessidades existentes.

O Tribunal também tem uma novidade na composição de seus membros: Neza Maria Alves da Silva, a nova Desembargadora Federal. A recém-empossada coloca o seu nome e o do Tribunal nas páginas da história do Brasil e na mídia. É a primeira cidadã afro-descendente a ocupar tal função, além de ter sido também a primeira juíza federal do país em tal condição.

Aos leitores da Destaque, desejamos um 2005 cheio de luz! Que todos possamos ter a amizade e o profissionalismo de sempre: harmonia, tolerância, solidariedade! Empatia!

Muito Sucesso a todos e parabéns pelos resultados obtidos em 2004!

As Editoras  
destaque@trf1.gov.br

### **PRESIDENTE**

Aloísio Palmeira Lima

### **VICE-PRESIDENTE**

Mário César Ribeiro

### **CORREGEDOR-GERAL**

Assuete Magalhães

### **DESEMBARGADORES FEDERAIS**

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

Neza Maria Alves da Silva

### **DIRETOR-GERAL**

Rubens Murga

### **SECRETÁRIO-GERAL**

Paulo Cardoso de Oliveira

### **ASSESSORA DE**

### **COMUNICAÇÃO**

Etienne Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

### **EDITORES**

Etienne Gomes e Lucimar de Melo

### **REDATORES**

Etienne Gomes, Ivani Moraes,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Mara Lúcia Bessa, Márcia Barroso, Marília Maciel, Rafael Braga e Samantha Salomão

### **ESTAGIÁRIOS REDATORES**

Bárbara Nogueira, Camila Santana, José

Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e

Raquel Meleiro

### **REVISÃO GERAL**

Mara Lúcia Bessa

### **PROJETO GRÁFICO**

Jordânia J. Alves

### **DIAGRAMAÇÃO**

Jordânia J. Alves

Colaboração: estagiário Alexandre de

Souza

### **FOTOS**

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Saulo Cruz, Vandenev Machado e Bruno

Almeida

### **ILUSTRAÇÃO**

Saulo Cruz

### **PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO**

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

### **DISTRIBUIÇÃO**

José Miguel Pereira dos Reis

### **FOTOLITOS**

Color Press Bureau

### **IMPRESSÃO**

Gráfica do TRF-1ª Região

### **TIRAGEM**

2.500 exemplares

### **Assessoria de Comunicação Social**

**Praça dos Tribunais Superiores -**

**SAS - Quadra 02 - Bloco A -**

**Edifício-Sede - sala 03.**

**CEP: 70095-900**

**Fones: (0xx61) 314-5371/79**

**Telefax: (0xx61) 226-4985**

**E-mail: ascom@trf1.gov.br/**

**destaque@trf1.gov.br/**

**radio@trf1.gov.br/**

**tv@trf1.gov.br**

**PCTT 066.02.002-C**

30

**Assinado pacto entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo por um Judiciário rápido e republicano**

18



**Tribunal comemora encerramento de atividades com festa na base operacional**

5

**A primeira desembargadora federal afro-descendente do país é o mais novo membro do Tribunal**

11



**Consultoria em Língua Portuguesa: novo serviço oferecido aos que trabalham no TRF**



# Notas

## Atividades do PGQVT

O Comitê de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho do Tribunal - PGQVT desenvolve ações para o bem-estar dos magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários do Tribunal desde 2002. Este ano foi reiniciado com as seguintes atividades:

### **Oficina de pintura em Tela - técnica: Découpage**

Aconteceu na última semana do mês, em duas turmas, uma no turno vespertino e outra no matutino. A facilitadora foi a servidora Dalva Sobral.

**Serviço de massagem expressa** – voltou a funcionar desde o início de janeiro nos seguintes edifícios e horários:

\* Ed. Sede, térreo, em frente à copa do Plenário:

Massagista Roberto (inscrições pelo ramal 390 ou 9294.9302)

- 2ª e 6ª feira - 10h às 15h;

- 3ª e 5ª feira - 16h às 19h

- 4ª feira - 10h às 17h

Massagista Patrícia (inscrições pelo ramal 390 ou 9277.9959)

- 2ª e 6ª feira - 10h às 18h

- 3ª e 5ª feira - 10h às 16h30

\* Ed. Adriana, 2º subsolo, Sala De Bem Com a Vida (ao lado da Dimap):

Massagista Laurene (inscrições no local ou 9905.6706/591.9220)

- 3ª e 5ª feira - 13h às 17h

Massagista Teresa (inscrições no local ou 568.5977)

- 4ª e 6ª feira - 13h30 às 16h30

**“Vigilantes do Peso”** – formou um novo grupo. As reuniões tiveram início após o carnaval, semanalmente, e serão às quartas-feiras, das 12h às 13h, no hall do Plenário. Informações pelos ramais 486 e 294.

**Coral Habeas Cantus** – retoma os ensaios em fevereiro, sempre às terças e quintas-feiras, das 19h às 20h30, no hall do Plenário do Ed. Sede. As inscrições estão abertas para novos integrantes pelos ramais 486 e 294;

**Clube da Caminhada** – também retorna as atividades em fevereiro com uma caminhada ecológica no dia 20 ou 27/02 (domingo). Inscrições e sugestões pelos ramais 486 e 294.

## Reunião na Vice-Presidência

No dia 18 de janeiro estiveram reunidos no Gabinete da Vice-Presidência o Presidente em exercício, Desembargador Federal Mário César Ribeiro, o Diretor-Geral Rubens Murga e os representantes da Caixa Econômica Federal Mário Fernando de Melo – Gerente Nacional de Rede; Hermínio Basso – Superintendente de Negócios; Vladimir Athaide – Gerente de Segmento Judiciário e Gláucio Geronasso – Gerente de Mercado.

O assunto tratado na ocasião foi a instalação de varas federais criadas pela Lei n. 10.772/2003.

## Concurso Nacional de Monografias do TRF-1ª Região

Foram prorrogadas as inscrições para o VIII Concurso Nacional de Monografias. O Tribunal receberá os trabalhos até o dia 28 de fevereiro deste ano.

O tema da categoria profissional é “Violência urbana: causas endógenas e exógenas e os instrumentos de repressão”, e o da categoria universitária é “Ações afirmativas no Brasil: sistema de cotas, amplitude e constitucionalidade”.

O edital e a ficha de inscrição estão disponíveis no endereço eletrônico [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br).

## Rádio Destaque seleciona locutor

A Rádio Destaque seleciona, a partir de fevereiro, servidores do TRF para participarem como voluntários da locução do programa Painel de Notícias, veiculado nos finais de semana na Rádio Destaque, na *Internet*, e na Rádio Justiça, 91,1 FM.

O servidor interessado pode enviar uma mensagem para [radio@trf1.gov.br](mailto:radio@trf1.gov.br), com ramal para contato.

# Tribunal empossa nova Desembargadora

**PERFIL** - Nascida em Salvador, a Desembargadora Federal bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, ingressando na magistratura em 1988.

Exerceu a Diretoria do Foro da Seção Judiciária baiana no período de maio de 1995 a maio de 1996, tendo atuado também no TRT da 5ª Região e no TRE da Bahia. No biênio 1996 a 1998, foi eleita Delegada da Associação dos Juizes Federais (Ajufe). Atuou como membro da Turma Recursal do JEF na Bahia no período de 05/06 a 14/08 de 2002. No Tribunal, substituiu Desembargadores Federais em diversas ocasiões.



Em Plenário lotado, a empossada Neuz Maria se apresenta à Corte

O TRF-1ª Região mais uma vez entrou para a História ao empossar, no dia 17 de dezembro de 2004, a primeira desembargadora federal negra do País. A magistrada Neuz Maria Alves da Silva passou a ocupar, a partir de então, a vaga deixada nesta Corte pelo Desembargador Federal Plauto Ribeiro, em razão de sua aposentadoria.

Além de ser a primeira desembargadora federal negra do Brasil, a magistrada também foi a primeira juíza federal afro-descendente do País, tendo tomado posse em 1988 na Seção Judiciária da Bahia, onde atuava antes da indicação para o TRF- 1ª Região.

A cerimônia de posse reuniu, no Plenário da Casa, autoridades dos Três Poderes, familiares, amigos e a imprensa nacional, que veio registrar o acontecimento histórico. A solenidade, marcada por grande emoção, foi iniciada com a apresentação do Hino Nacional pelo coral *Habeas Cantus*. Em seguida, o Presidente Aloísio Palmeira declarou aberta a solenidade. Após ser conduzida pelos magistrados Maria do Carmo Cardoso e Tourinho Neto ao local que ocupará no Plenário, a nova Desembargadora proferiu o juramento do termo de posse, lido a todos os presentes pelo Diretor-Geral do Tribunal, Rubens Murga. A magistrada não conteve as lágrimas ao ocupar sua cadeira no Pleno.

Antes do encerramento da solenidade, o coral homenageou a magistrada Neuz Maria Alves, que ouviu emocionada as canções “É doce morrer no mar”, de Dorival Caymi e “Berimbau”, de Vinícius de Moraes.

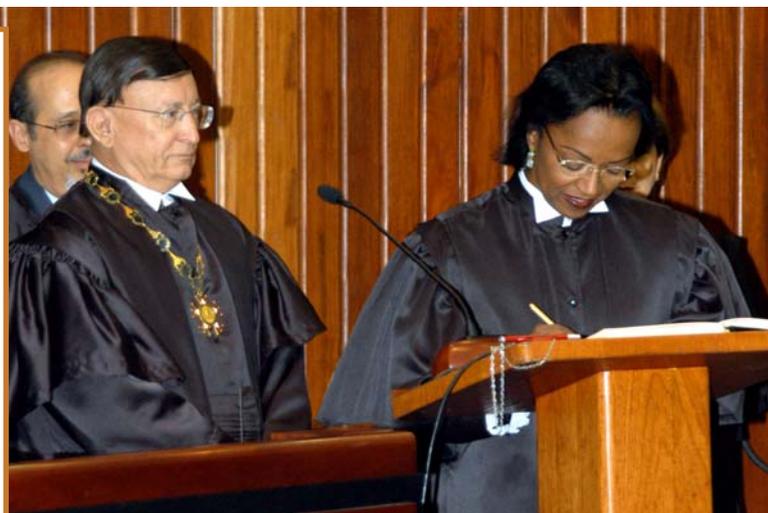
Ao encerrar a cerimônia, o Presidente Aloísio Palmeira destacou que a ocasião esteve repleta de felizes coincidências, entre elas, o encerramento das atividades do Tribunal em 2004 e o aniversário da magistrada, calorosamente aplaudida pelos convidados.

Ainda na fila de cumprimentos, a magistrada revelou à Revista Destaque que a dedicação e o esforço serão as ferramentas

empregadas na tentativa de colocar em ordem o grande volume de processos. Revelou ainda que uma de suas expectativas no exercício das novas funções é encontrar apoio não só nos colegas magistrados, como nos servidores que vão trabalhar em seu gabinete. “Essa é a minha intenção e não tenho dúvida de que vou conseguir”, afirmou a Desembargadora Federal.

Ao final, a nova Desembargadora Federal compartilhou com familiares e convidados de um coquetel com iguarias típicas da culinária baiana oferecido pelo Banco do Brasil.

Um dia antes da posse, a Desembargadora Federal fez questão de convidar, por meio do Destaque do Dia, todos os servidores e magistrados da 1ª Região para a solenidade. Na ocasião, a nova desembargadora agradeceu todo o apoio recebido até então e como o mais novo membro da Casa afirmou “minha vontade é exercer um trabalho diferenciado, tão sério quanto e ainda mais difícil em relação ao que venho executando como magistrada na Primeira Instância julgadora”.



Neuz Maria assina o termo de posse ao lado do Presidente Aloísio Palmeira



*Desembargadora Federal Meuza Maria Alves da Silva*

**O que a menina Neuz, quinta filha de pais humildes, pensava em ser quando crescesse, ainda quando brincava nas ruas de Salvador?**

Quando ainda brincava nas ruas de Salvador, no bairro do Tororó onde nasci e fui criada, não tinha grandes sonhos, não vivenciava qualquer tipo de experiência que me levasse a desejar exercer esta ou aquela profissão, ter sucesso, ser famosa ou coisas que tais.

Minha diversão era a mesma de todas as crianças pobres do lugarejo. Eu só me destacava na escola, cumprindo as tarefas com esmero, fazendo o rascunho das operações matemáticas e das dissertações no “papel embrulho” que vinha enrolando o pão de cada dia.

Só despertei para o estudo do direito quando já estava freqüentando o 2º ano do curso pedagógico (escola normal) e o professor de psicologia nos deu a tarefa de encenar um júri sobre um caso rumoroso, um crime passional. Fui “advogada de defesa” e o resultado do julgamento foi favorável ao réu. A partir daí só pensava em estudar direito, para ser advogada.

**Sabemos que ingressou na magistratura em 1987, por concurso público, quando já tinha marido e três filhos. O que tem a dizer aos candidatos ao cargo de magistrado?**

Conseguí ser a 1ª colocada no Concurso

de Juiz do Trabalho – TRT 5ª Região (Bahia e Sergipe naquele tempo), depois de me preparar durante um ano e meio, com muita dificuldade porque trabalhava o dia todo como advogada da Rede Ferroviária Federal S.A., era casada, tinha três filhos e jamais me afastei de quaisquer das atividades inerentes às funções de mulher, mãe, profissional, parente e amiga, para estudar com exclusividade. O que posso dizer a um candidato a um cargo muito concorrido é que existem palavras-chave para se alcançar êxito em qualquer grande empreendimento, a exemplo de disciplina, dedicação, paciência, coragem, resistência, calma e muita fé... mas se o objetivo é ser um magistrado haveremos de acrescentar outros ingredientes como a renúncia e perseguir um preparo psicológico acima da média para desenvolver o autocontrole, a intuição, o autoconhecimento. Há necessidade de um preparo abrangente e constante para ter êxito na profissão.

**Além de ter sido a primeira juíza afro-descendente do País, é também agora a primeira Desembargadora Federal. Como é ser protagonista desse momento histórico?**

Estou vivendo o meu melhor momento! Meu começo de carreira não foi tranquilo. Apesar de ter sido aprovada no concurso de Juiz do Trabalho em 1º lugar e de ter demonstrado capacidade intelectual e emocional durante todo tempo em que ali atuei,

não era conhecida na Justiça Federal. Tive que matar “um leão por dia” para provar que não estava ali por acaso ou por concessão ou por gratuidade.

Agora é diferente. Conquistei o respeito de todas as pessoas com as quais interagi na minha faina diária, ao longo de todos esses anos. Fui nomeada Desembargadora Federal por MERECIMENTO, assim mesmo, com todas as letras maiúsculas. Hoje não tenho mais que provar nada, para ninguém!

O fato de ser negra, que outrora me trazia problemas, como duvidarem de minha formação técnica, de minha capacidade intelectual, do meu equilíbrio emocional ou da minha postura social, tem me trazido agora a outra face da moeda como boa fama, prestígio, honras e considerações.

Tenho os pés no chão porque sei que o magistrado estará sempre na berlinda, condenado a ser a eterna vitima para a qual o descontente com o resultado dos julgamentos direciona seu estilingue... mas estou serena! Confiante! Vou buscar acertar sempre, embora saiba que a possibilidade do erro é inerente à condição humana.

**Quando fala em público, faz questão de mencionar o apoio que sempre teve dos servidores da Justiça. Por que gosta de ressaltar isso?**

Gosto de falar a respeito dos servidores da Justiça porque reconheço que sem eles eu não teria nenhuma chance de desempe-

## **Luta e sucesso!**

**Neuz Maria Alves da Silva, a nova Desembargadora Federal a compor o Tribunal desde 17 de dezembro, passou a integrar a Corte por merecimento, motivo do qual se orgulha.**

**De origem humilde, a magistrada entra para a História do País mais uma vez ao tornar-se a primeira desembargadora federal afro-descendente. Foi também a primeira juíza federal em tais condições.**

**Nascida em Salvador/BA, sempre que pode, Neuz Maria homenageia os servidores que a auxiliam desde seu ingresso na magistratura em 1988.**

**A Desembargadora Federal nos fala um pouco da sua vida, passando pela experiência profissional, pelo desafio de mudar de cidade, de trabalho. Ela comenta, ainda, a reforma do Judiciário e as atividades dos Juizados. Deixa também um recado aos candidatos à magistratura.**

nhar meu trabalho com o nível de excelência que sempre persegui e alcancei. Ninguém é uma ilha; nenhum Juiz ou Desembargador pode ser ao mesmo tempo pesquisador, digitador, criador de textos, fiscal, arquivista, telefonista, revisor, editor, recepcionista, organizador de agenda de compromissos, controlador de material, faxineiro, comprador de material, responsável pela comunicação, atualizador de informação no sistema informatizado e quejandos. Somos uma engrenagem complexa, na qual cada componente tem uma importância vital.

Nada mais justo do que ressaltar essa realidade para que ninguém se esqueça de valorizar seu colaborador, mesmo porque no ambiente de trabalho onde todos estão satisfeitos, a produtividade está em sintonia com a qualidade e a nota para “o conjunto da obra” sempre será a melhor.

### ***Julgar agora em colegiado, no TRF de maior abrangência em número de estados, muda muito a vida profissional da magistrada que proferia decisões singulares?***

Muda sim! Saio deixando a 5ª Vara em muito bom estado de controle administrativo, celeridade das decisões, acompanhamento do desenvolvimento dos processos, trabalhando com uma equipe afinada que já havia incorporado meu modo de agir, minha filosofia de vida e porque não dizer, meu pensamento! Estou indo para um desafio: uma cidade diferente, um trabalho novo, novos personagens, novo sistema de julgamento, novos colegas, novas nuances climáticas. Felizmente o direito a ser aplicado é o mesmo. Como sempre soube que não era a única senhora da verdade, posso estranhar um pouco no início mas vou me adaptar a ter meu entendimento questionado frente a frente e vou saber defendê-lo quando necessário, bem assim aceitar o resultado quando ficar vencida, pois a decisão vencedora é do grupo e não apenas do relator.

### ***A reforma do judiciário, consolidada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, traz mudanças nas férias coletivas dos magistrados. Essa alteração vai trazer benefícios àqueles que precisam do Judiciário?***

Acredito que a extinção das férias coletivas pode trazer benefícios aos jurisdicionados, na medida em que o judiciário passa a funcionar sem solução de continuidade, sem interrupção ou suspensão prolongadas de prazos processuais. É

bem verdade que não são as férias coletivas, isoladamente, as responsáveis pelos grandes problemas que ocasionam a falta de celeridade, o prolongamento exacerbado do tempo de duração da solução definitiva dos processos, mas seu cancelamento pode ser um grande passo na tentativa de amenizar os efeitos dessa “doença”. As mudanças na postura e nas atitudes governamentais, aliadas às modificações legislativas direcionadas ao cumprimento de compromissos políticos assumidos em prol da coletividade podem influenciar decisivamente, com muito maior força e aproveitamento, na consecução do objetivo de propiciar ao povo brasileiro uma justiça célere, firme, independente, eficiente e respeitada, com o que todos saímos ganhando.

### ***Qual mudança trazida pela reforma considera capaz de realmente produzir a celeridade nos trabalhos do Poder Judiciário?***

O resultado em prol da celeridade nos trabalhos do Poder Judiciário não depende de uma medida isolada, setorizada. Na medida em que o problema é fruto de um conjunto de fatores políticos e organizacionais, oriundos do executivo, do legislativo, do judiciário, passando pela postura ética e pelo nível de responsabilidade de advogados, procuradores, servidores públicos e autoridades diversas, não poderá jamais ser resolvido num passe de mágica pela implantação de uma única medida “salvadora” ou apenas pela vontade de um pequeno grupo.

A tarefa é árdua e vem sendo discutida há longo tempo, mas o importante é não desistir. A súmula impeditiva de recursos, ao que acredito, é a medida que reúne, até aqui, as melhores perspectivas de acerto.

### ***O Presidente Aloísio Palmeira, em entrevista à imprensa local da Bahia no início de janeiro, anunciou a instalação de 41 varas no interior dos estados que compõem a primeira região e no DF. Como vê a interiorização da Justiça Federal?***

Atualmente não considero mais oportuno emitir opinião sobre a interiorização da Justiça Federal para que nos postemos contra ou a favor. A interiorização é um destino a ser trilhado pela Justiça Federal. O caminho está traçado, agora é seguir adiante procurando maximizar a boa vontade para solucionar os problemas surgidos na caminhada, e minimizar os efeitos dos empecilhos naturais, ao alcance desse objetivo. Nisso tudo o mais importante é o

amadurecimento das relações institucionais, principalmente com os representantes dos Municípios, mantendo a tão necessária independência administrativa e não permitindo qualquer tipo de influência no conteúdo das nossas decisões, sem perder de vista que precisaremos pedir apoio logístico aos governos municipais onde as Varas forem instaladas.

### ***E sobre o trabalho dos Juizados Federais? Acha que está sendo satisfatório ao atendimento do jurisdicionado?***

Sobre a satisfatividade do trabalho dos Juizados Especiais Federais o que vejo é a Justiça Federal assumindo um ônus que não é seu, multiplicando esforços sem saber mais de onde tirar recursos, levando Juizes e servidores à exaustão, organizando sucessivos mutirões para dar conta da demanda reprimida ao longo de anos de desacertos governamentais e ainda assim o que aparece, no mais das vezes, é a crítica destrutiva, é a análise estatística do que deixou de ser resolvido, sempre o ângulo negativo da questão.

Felizmente, nosso Tribunal é amadurecido o suficiente para não se deixar abater na busca do objetivo de dar o melhor de si ao JEF e está tentando mostrar ao grande público o que tem feito nessas quatorze unidades da federação para mudar o panorama do abandono do jurisdicionado, fazendo sua parte rumo ao objetivo de inclusão social e judicial.

### ***A mídia tem-se preocupado muito em divulgar os atos e trabalhos de servidores do Judiciário e dos magistrados, qual a sua opinião sobre isso?***

A divulgação feita pela mídia sobre os trabalhos elaborados no âmbito do judiciário serve para aproximar mais o grande público, trazendo-os para dentro da realidade dos chamados “operadores do direito”. Com isso é possível democratizar o acesso ao judiciário, fazê-lo conhecido da sociedade como um todo, tornar compreensíveis nossas falhas e obter a necessária valorização dos esforços nossos, de cada dia.

Vejo o setor de comunicação do TRF da 1ª Região como um órgão preponderante, desbravador, profissionalíssimo e responsável, juntamente com todos os Desembargadores e servidores dos gabinetes e da administração, pela nova feição do judiciário diante da sociedade brasileira que compõe as quatorze unidades da federação a ele subordinadas. ■



# Encontro

Nos dias 25 e 26 de novembro de 2004, foi realizado no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe), em Brasília, o 1º Encontro dos Juizes Federais das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. Promovido pela AJUFER, o evento propiciou a troca de experiências sobre o trabalho das Turmas Recursais, responsáveis pelos julgamentos dos recursos contra as decisões dos Juizados Especiais Federais.

A abertura contou com a presença do Presidente do TRF da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, da Presidente da AJUFER, Juíza Federal Solange Salgado e do Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, que proferiu palestra sobre o tema "Os Juizados Especiais Federais no atual contexto do Poder Judiciário Brasileiro".

Durante o encontro, cerca de 30 Juizes Federais que fazem parte das Turmas Recursais dos JEFs na 1ª Região trocaram experiência sobre o trabalho nos Juizados. Foram realizados *workshops* com a divisão dos magistrados em grupos de trabalho.

Para realizar o I Encontro de Juizes Federais das Turmas Recursais, a Associação dos Juizes Federais da 1ª Região contou com o apoio da Coordenação dos Juizados Especiais Federais e da Escola da Magistratura Federal, a ESMAF.



*Presidente da Ajufer Solange Salgado, Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira e Coordenador dos JEFs I'talo Mendes*

## Bahia comemora lançamento

A Justiça Federal da Bahia lançou no dia 15 dezembro de 2004 mais uma edição da Revista Jurídica publicada pela Seccional. A publicação tornou-se uma referência por mostrar-se como importante instrumento de divulgação dos principais fatos relacionados à Justiça Federal baiana e às atividades e trabalhos acadêmicos de seus juizes e servidores.

A solenidade aconteceu no auditório Ministro Dias Trindade, localizado na Sede da Seção Judiciária em Salvador, com a presença de magistrados, representantes do Ministério Público, advogados, servidores e autoridades dos três poderes locais. A Diretora do Foro, Mônica Neves Aguiar da Silva, pre-

sidiu a solenidade ao lado da então Juíza Federal Neuza Maria Alves da Silva e do Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior. Na ocasião, ela falou da importância do evento como forma de consolidação da revista. "Isso vem demonstrar a maturidade da Seção Judiciária em relação à produção científica", disse.

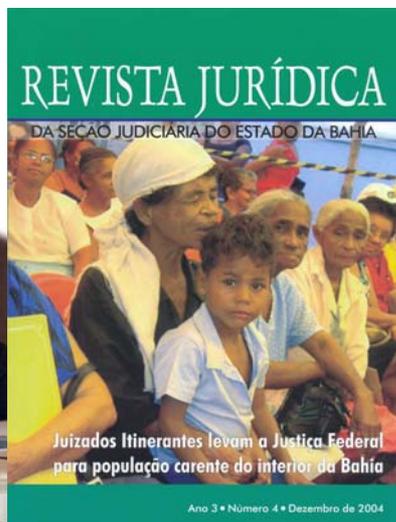
A Juíza, que também integra a Comissão Editorial juntamente com os Juizes Federais Paulo Roberto Lyrio Pimenta, Saulo José Casali Bahia e Dirley da Cunha Júnior, explicou como é feita a seleção do material para publicação. "Os critérios são normalmente a originalidade do tema, a centralidade da questão, a forma

como a pessoa debate a discussão que está sendo trazida, entre outros critérios, privilegiando, é claro, os artigos escritos pelos magistrados e servidores".

A Revista Jurídica, que tem periodicidade semestral, é distribuída por mala direta a várias autoridades da Região. "O público alvo são basicamente bibliotecas, faculdades de Direito e outras Seções Judiciárias da 1ª Região", esclareceu a Diretora do Foro.

Na oportunidade, a Diretora do Foro ressaltou o trabalho dos envolvidos na publicação e agradeceu a todos que empenharam esforços para tornar possível a edição, em especial o Presidente do TRF, Aloísio Palmeira Lima, e o Diretor-Geral do Tribunal, Rubens Murga.

*A Diretoria do Foro prestou homenagem especial a nova Desembargadora Neuza Maria*



*Os Juizados Itinerantes foram o destaque desta 4ª Edição*

**As pessoas interessadas em enviar material para publicação na Revista Jurídica baiana devem encaminhá-lo ao endereço eletrônico da Seção de Comunicação Social da Seção Judiciária da Bahia – [secos@ba.trf1.gov.br](mailto:secos@ba.trf1.gov.br). As regras específicas para participação podem ser encontradas no site da Seccional.**



# Visitas ao Presidente

O Presidente do TRF – 1ª Região, Aloísio Palmeira, recebeu diversas visitas ao longo dos meses de novembro e de dezembro de 2004. A cada encontro agendado, as câmeras e blocos de anotações da Ascom registraram tudo. Na maioria das vezes, as visitas foram noticiadas no Destaque do Dia, informativo diário do TRF-1ª Região.

Em 24 de novembro, o Presidente Aloísio Palmeira reuniu-se com o Deputado Federal João Magno em seu gabinete. Na ocasião, o Deputado apresentou ao Presidente o Projeto da Vara Federal de Ipatinga/MG, que será instalada em 2005.



No dia 24 de novembro, o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, tratou dos processos sobre o Sistema Financeiro da Habitação que tramitam no TRF-1ª Região com o Presidente da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e representantes da Caixa Econômica Federal.



O Deputado Federal, Vilmar Rocha, relator na CCJ do projeto de lei de criação das 183 Varas Federais, visitou o Presidente Aloísio Palmeira no dia 1º de dezembro. Eles discutiram maneiras de viabilizar a implantação de quatro varas federais no interior de Goiás em 2005.



O Presidente Aloísio Palmeira recebeu, no dia 24 de novembro, em seu gabinete, o Deputado Federal Átila Lins, o Prefeito eleito de Coari (AM), Adail Pinheiro, e o atual Prefeito da cidade, José Lobo. Os três parlamentares pediram apoio ao Presidente para a criação de uma vara federal naquela cidade.



O Presidente da Corte Suprema do Chile, Ministro Marcos Libedinsky, e o Presidente do Tribunal Constitucional daquele país, Juan Colombo Campbell, visitaram o Tribunal, em 29 de novembro. Na ocasião, o Presidente Aloísio Palmeira agraciou com medalha e diploma os visitantes ilustres.



No dia 14 de dezembro, o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, recebeu no Gabinete da Presidência o Senador e Relator-Geral do Orçamento, Romero Jucá. À reunião, na qual foram analisados os pleitos do Poder Judiciário, estiveram presentes o Juiz Federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, a Assessora Parlamentar, Helga Ferraz Jucá, o Diretor-Geral, Rubens Murga e o Secretário-Geral Paulo Cardoso.



# Vantagens recebidas pelos servidores

O Presidente Aloísio Palmeira Lima empenhou-se no final de dezembro para que os servidores recebessem, antes do término do ano, os valores referentes às decisões do Conselho da Justiça Federal, relacionadas ao Plano de Seguridade Social e a quintos, esta última seguida de decisão administrativa do STJ. Os servidores da 1ª Região ficaram bastante satisfeitos por terem seus direitos reconhecidos. Confira, abaixo, a matéria sobre o PSS.

## **Plano de Seguridade Social (PSS)**

O Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro Edson Vidigal, autorizou a restituição dos valores relativos à contribuição para o PSS (Plano de Seguridade Social do Servidor), incidente sobre a parcela de cargo em comissão ou de função comissionada, exercidos por servidores do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo graus, referentes ao período de janeiro a abril de 99. A autorização é baseada na Portaria nº3, de 13 de dezembro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A partir da Emenda Constitucional nº 20 de dez/98, nenhum servidor público pode se aposentar incorporando ao salário a função comissionada que possui. Porém, mesmo com essa emenda, a Administração continuou cobrando o PSS sobre o valor da função comissionada, já que não havia uma autorização para que não se cobrasse mais o Plano de Seguridade Social.

O PSS tem a função, entre outras coisas, de custear a aposentadoria e as pensões dos servidores. Com isso, a cobrança não era devida, uma vez que o servidor não leva para a aposentadoria as gratificações, não sendo justa a cobrança sobre essa parcela da remuneração.

Em 2001, o Conselho da Justiça Federal decidiu que os servidores não pagariam mais o PSS sobre a função e determinou a devolução dos valores referentes a maio de 99 a fevereiro de 2001. Porém, restaram ainda os meses de Janeiro a Abril de 99, que foram devolvidos no final do ano, depois da publicação da Portaria Normativa de dezembro de 2004 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Portaria autoriza a restituição dos valores referentes ao PSS, incidente sobre a parcela de cargo em comissão ou função comissionada dos quatro primeiros meses de 99.



# Consultoria em Língua Portuguesa

O TRF-1ª Região agora dispõe de um serviço de Consultoria de Língua Portuguesa. O projeto surgiu de uma idéia do Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, de estender a todos os servidores e magistrados o serviço prestado pela revisora de textos Ana Toledo. A servidora já desenvolvia um trabalho no Gabinete do magistrado Tourinho Neto, utilizando textos redigidos pelos colegas como material para suas exposições.

A Consultoria de Língua Portuguesa é composta por servidores com grande experiência em revisão de textos: Carmem Lúcia Prata da Costa, Edelweiss de Moraes Mafra, Magda Giovanna Alves, Renato Cunha e Samuel Nunes dos Santos, todos pertencentes à Divisão

de Produção Editorial (Diedi), além de Ana Toledo, servidora da Presidência.

A equipe de revisores planeja o teor das consultorias com base em estatísticas que revelam as dificuldades encontradas pelos redatores dos gabinetes, a grande maioria nas áreas de pontuação, regência

e concordância nominal e verbal.

O Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral foi o primeiro a solicitar que a equipe de Consultoria comparecesse ao seu gabinete. Nos meses de novembro e dezembro, os revisores atuaram no local, com a participação de todos os servidores e do próprio magistrado.

É necessário um agendamento prévio para a utilização dos serviços da Consultoria de Língua Portuguesa, o que pode ser feito por meio de memorando ou e-mail destinado à Divisão de Recursos Humanos – Direh. Futuramente, os usuários ainda terão acesso ao e-mail da Consultoria, uma vez que a Secretaria de Informática está estudando a melhor forma de viabilizar o projeto.



Atuação da Consultoria no gabinete do Desembargador Federal Luciano Tolentino

## Página eletrônica ganha novo leiaute

No dia 2 de dezembro entrou no ar a nova página eletrônica do TRF-1ª Região, reformulada para facilitar o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelo Tribunal. A nova aparência foi concebida com base no projeto gráfico do servidor Jaeder Ferraz Ferreira, da Seção Judiciária de Minas Gerais, que venceu o concurso realizado pelo Tribunal para a escolha de novo leiaute.

Entre as novidades, estão os links para serviços, como a Ouvidoria da Justiça Federal da 1ª Região, Licitações e Juizado Especial Federal, que agora estarão localizados na página inicial do site. A página ganhou novas cores, em tons de azul, branco e cinza.

Imprimir Fale Conosco Mapa do Site

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO (61) 314-5225

Institucional Processos Consultas Publicações Setoriais Serviços

**Avisos**

- Turma Especial de Férias: SESSÃO EXTRAORDINÁRIA...
- Secretaria Judiciária: Suspensos os prazos processuais...
- X Concurso para Juiz Federal Substituto: Exames Psicotécnicos - Locais e Datas
- Edital de Homologação de Processo Seletivo para Remoção.
- Edital de Abertura de Processo Seletivo...
- Quarta Turma: Sessões Ordinárias dos dias 1º e 02 de fevereiro de 2005...

**Seções Judiciárias**

mais atalhos

**Últimas Notícias**

26/01/2005 17:59 - Autorizado fechamento da comporta de Corumbá IV

mais notícias

**Novidades**

- X Concurso para Juiz Federal Substituto: Pontos para a Prova Oral

VIII Concurso Nacional de Matemática

Prazo de entrega dos trabalhos prorrogado para o dia 28/02/2005

**PARTIC**

**TRANSMISSÃO DE JULGAMENTOS AO VIVO**

A pedido do Presidente Aloísio Palmeira, o lançamento da página do TRF, previsto apenas para 2005, foi antecipado. De acordo com o Diretor da Secretaria de Informática, Roberto Elias Cavalcante,

a expectativa é de que até abril deste ano as Seções Judiciárias da 1ª Região também tenham novos sites, que manterão a unicidade de leiaute da página do TRF e a facilidade dos links de navegação.



# Encontro debate procedimentos de Comunicação e Cerimonial na 1ª Região

Do dia 30 de novembro ao dia 3 de dezembro de 2004, representantes dos setores de comunicação social das Seções Judiciárias da 1ª Região participaram na sede do TRF, em Brasília, do IV Encontro de Imprensa e Cerimonial da 1ª Região. O evento teve como objetivo uniformizar os procedimentos de cerimonial e imprensa na Primeira Região, além de estimular a participação das seccionais nas atividades desenvolvidas pelas Assessorias de Comunicação (Ascom) e Representação Social (Asrep).

O Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, fez a abertura do evento. Na ocasião, ressaltou a importância do encontro para a troca de idéias e experiências relativas às áreas de comunicação e de cerimonial. O Secretário-Geral Paulo Cardoso também falou aos 23 participantes das 14 Seções Judiciárias e a uma representante do TRF-4ª Região. Ele destacou que, em uma Região com tantas características diferentes, é preciso manter um contato estreito para que as Seccionais trabalhem como uma grande equipe.

O primeiro e o segundo dias do encontro foram dedicados às discussões sobre o trabalho desenvolvido pela Asrep na área de cerimonial, entre outros. A Chefe da Assessoria e as servidoras da unidade ministraram as palestras “Cerimonial e Representação Oficial”, “Programa de Visitas”, “Espaço Cultural” e “Organização de Eventos no Judiciário”. Foram apresentados “cases”, ou estudos de casos, dos trabalhos desenvolvidos pelo setor. Os participantes também ouviram o servidor Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto, do PGQVT, falar sobre “Qualidade de Vida e Trabalho”.

Nos dois últimos dias, foi abordada a Comunicação Social na Primeira Região: assessoria de imprensa, jornalismo impresso, telejornalismo, radiojornalismo e outros trabalhos realizados pela Ascom. Os servidores das seccionais assistiram palestras ministradas pela Chefe da Ascom e pelos supervisores da Assessoria. Também conheceram o “Sistema Integrado de Divulgação Jornalística”, participando de aulas práticas de produção de matérias para a TV e Rádio Justiça, Revista Destaque e produção de programas para TV.

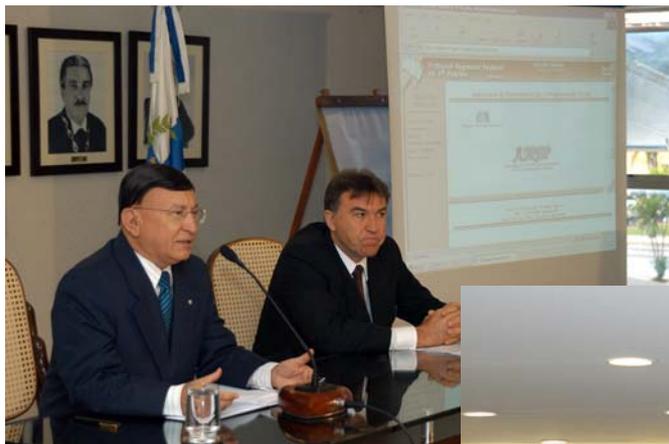
O coordenador de apoio à implementação de programas educacionais multimídia, Alexandre Fagundes, e o diretor do programa Via Legal, ambos do Conselho da Jus-

tiça Federal proferiram palestra sobre “O funcionamento do Centro de Produção de Programas da Justiça Federal”. Foi realizada ainda uma visita aos estúdios da Rádio e da TV Justiça, no Supremo Tribunal Federal e ao estúdio de Rádio e TV do TRF- 1ª Região.

Durante o evento, foi realizada reunião com o Juiz Federal Euler de Almeida Silva Junior, com o Diretor-Geral, Rubens Murga, e com o Secretário-Geral, Paulo Cardoso, para discutir a reestruturação nas Seções Judiciárias da 1ª Região. Representando os servidores das áreas de comunicação das seccionais estavam os servidores Fernando Quintella (SJ/RR), Sâmia Souza (SJ/AC) e Gésner Braga (SJ/BA). Também participaram da reunião a chefe da Ascom, Etiene Gomes, e a chefe da Asrep, Andréa Ghisi.

O Diretor-Geral, Rubens Murga, fez o encerramento do encontro, quando se colocou à disposição dos participantes e ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelas áreas de comunicação e cerimonial. O Diretor-Geral respondeu, ainda, aos questionamentos dos participantes. A entrega dos certificados de participação foi realizada pelo Diretor-Geral e pelo Secretário-Geral, Paulo Cardoso.

Gisele Barros, atual assessora do Magistrado Tourinho Neto, Chefe da Ascom durante 10 anos e Secretária-Geral da Presidência na gestão Tourinho Neto, também prestigiu o encerramento do evento.



*Acima, o Presidente Aloísio Palmeira e o Secretário-Geral Paulo Cardoso na abertura do evento. Ao lado, convidados, participantes e organizadores do evento.*





# Juizados Itinerantes chegam a Betim/MG

Mais uma cidade de Minas Gerais recebeu os Juizados Itinerantes da Primeira Região. No período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004, Betim foi a primeira cidade do Estado a beneficiar-se com a parceria firmada em novembro entre o TRF da 1ª Região e a Petrobrás Distribuidora, cujo objetivo foi impulsionar o projeto dos Itinerantes.

Localizada na região Metropolitana de Belo Horizonte, a cerca de 40 km da capital mineira, a cidade é conhecida como um dos mais importantes pólos automotivos do país.

O Coordenador dos JEFs da 1ª Região, I'talo Mendes, abriu os trabalhos do Juizado de Betim acompanhado do Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Renato Martins Prates, do Juiz Federal Luiz Antônio Ribeiro Cruz, coordenador dos trabalhos no local, e da Pró-Reitora da PUC/MG, Carmem Luíza Rabelo Xavier, que cedeu as instalações para a realização do evento.

Também estiveram presentes à soleni-

dade a representante da Petrobrás, Maria Inez Campinho, a Juíza Auxiliar da Coordenação dos JEFs, Geneviévi Orsi Grossi, os Desembargadores Federais Antônio Sávio de Oliveira Chaves e Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, entre outras autoridades locais.

Na oportunidade, o Coordenador dos JEFs, I'talo Mendes, falou da importância dos Juizados como instrumento de ampliação do acesso à Justiça.

Ele elogiou o trabalho da Seção Judiciária de Minas Gerais frente aos Juizados. “Os JEFs Itinerantes têm em Minas um exemplo de dedicação e eficiência no julgamento das causas. Um exemplo para a Primeira Região”, destacou.

O Diretor do Foro, Renato Prates, em seu discurso, destacou a importância das parcerias, em especial com a Petrobrás Dis-



Autoridades presentes à solenidade em Betim

tribuidora. “Essa parceria é fundamental para levar em frente trabalhos como estes dos Juizados Itinerantes”, afirmou.

As audiências dos processos atermados estão previstas para acontecer no período de 07 a 11 de março, quando uma equipe de magistrados e servidores irão retornar à Cidade para o julgamento dos processos atermados.

## Passos se antecipa para receber JEFs



Momento em que o Presidente Aloísio Palmeira Lima recebe a homenagem das mãos do então Prefeito de Passos/MG, José Hernani da Silveira

O Processo de interiorização da Justiça Federal da Primeira Região já foi deflagrado. O Presidente Aloísio Palmeira Lima participou no mês de dezembro no Plenário da Câmara Municipal de Passos, em Minas Gerais, da solenidade de entrega do prédio que irá abrigar a Subseção Judiciária no município, prevista para ser instalada no início deste ano.

Na ocasião, foram assinados os termos de cessão do edifício, do mobiliário, dos equipamentos e dos servidores que receberão treinamento da Justiça Federal em Minas Gerais para atuar na nova Vara. A presença da Justiça Federal na cidade foi viabilizada graças a um convênio de cooperação firmado entre a Seção Judiciária de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Passos no mês de novembro de 2004.

Na ocasião, o Presidente Aloísio Palmeira falou dos esforços empenhados pelas autoridades municipais para que Passos fosse contemplada com uma Vara Federal. Ele destacou a importância da

presença da Justiça Federal para o desenvolvimento da região. “É uma oportunidade que a sociedade brasileira está abrindo para a integração das pessoas que estavam à margem, sem condições de acesso à Justiça. A garantia de direitos previdenciários movimentará a economia local, contribuindo para o crescimento do município”, afirmou.

Durante a solenidade, o Presidente Aloísio Palmeira e o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas, Renato Martins Prates, representado pelo Juiz Federal André Prado de Vasconcelos, foram homenageados pela comunidade de Passos, recebendo das mãos do Prefeito, José Hernani Silveira, uma placa de homenagem em reconhecimento ao esforço e à sensibilidade aos anseios de levar a Justiça Federal ao município.

Participaram da solenidade magistrados, representantes do Ministério Público, advogados e autoridades dos três poderes locais.

# O trabalho dos Juizados Federais chega ao triângulo mineiro

Os moradores de Uberaba/MG e Uberlândia/MG não precisam mais ir até a capital mineira para ajuizar ações com valores de até sessenta salários mínimos. Com a recente instalação dos Juizados Especiais Federais nas respectivas cidades, a população passa a ter acesso mais rápido e mais fácil à Justiça Federal.

O Presidente Aloísio Palmeira Lima e o Coordenador dos JEFs na 1ª Região, I'talo Mendes, estiveram em Uberaba, dia 22 de novembro e em Uberlândia, no dia seguinte, para a instalação dos Juizados Federais autônomos como serviço destacado. Os JEFs têm esse nome porque funcionarão com servidores e magistrados cedidos das subseções judiciárias.

**Uberaba** - Durante a solenidade, as autoridades que compuseram a mesa falaram, em discursos, da facilidade que o JEF irá proporcionar aos cidadãos dos 64 municípios vizinhos aos que serão beneficiados com a novidade.

O Presidente declarou serem os Juizados uma “revolução no Poder Judiciário”, pois segundo ele, abrem a Justiça a um segmento da população, anteriormente sem acesso a ela. O Coordenador dos JEFs disse que a novidade em Uberaba representa, além de uma conquista, “uma satisfação pessoal de muitos que buscam um Judiciário mais justo”.

Com patrocínio da Caixa Econômica Federal, o evento aconteceu no Salão Verde da Casa do Folclore e contou com a presença de autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público; entre elas, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, o Diretor do Foro de Minas Gerais, Renato Martins Prates, a Coordenadora da Subseção Judiciária de Uberaba, Cláudia Aparecida Salge e o Prefeito da Cidade, Odo Adão. A Coordenadora dos JEFs em Minas Gerais, Rosimayre Carvalho, foi representada pelo Juiz Federal Luiz Antônio da Cruz e, representando a patrocinadora, estavam presentes a Superintendente da Caixa, Bernadete Coury, e o Gerente José Antônio Ferreira. Também esteve na solenidade o Juiz Federal Élcio Arruda, designado para coordenar o JEF.

O Juizado Autônomo vai funcionar em prédio de fácil acesso, no centro da cidade, em uma área de 650 metros quadrados, o que “vai facilitar a vida daqueles que buscam a Justiça Federal”, segundo o Prefeito do Município, Odo Adão.



*Autoridades visitam a sede do Juizado Especial Federal*

**Uberlândia** - Um evento realizado pela Subseção no dia 23 de novembro, patrocinado pela Caixa Econômica Federal e pela empresa CMC Brasil Engenharia e Construções S.A., marcou a instalação do JEF local, que beneficiará 38 municípios.

O Presidente Aloísio Palmeira Lima, durante a solenidade de instalação, lembrou os resultados sociais positivos dos JEFs ao “atender setores mais desfavorecidos da população”. Também participou do evento o Coordenador do JEF na Primeira Região, I'talo Mendes, ocasião em que ressaltou a “nova justiça que vem se formando com os Juizados Especiais Federais”. O Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Renato Martins Prates, disse ser “a instalação de um JEF em Uberlândia motivo para muita comemoração, considerando ser uma obra que vai completar-se com a participação da população, dos servidores e dos magistrados”. O Coordenador da Subseção de Uberlândia, Alexandre Laranjeira, entregou placa de homenagem ao Presidente e ao Coordenador dos JEFs na Primeira Região.

Estiveram presentes à solenidade a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian e Selene Maria de Almeida, além de juizes federais da Primeira Região e da Juíza Federal Lana Lígia Galatti, Coordenadora do Juizado. Também prestigiaram o evento representantes do Ministério Público, da Polícia, dos Poderes Legislativo e Executivo, da OAB, da Caixa Econômica Federal e da empresa co-patrocinadora do evento.

O Juizado Federal vai funcionar no prédio da subseção judiciária, em local de melhor acesso à população de Uberlândia e das cidades vizinhas.



*O Coordenador da Subseção de Uberlândia, Alexandre Laranjeira, entrega placa de homenagem ao Presidente Aloísio Palmeira*

## Zunga, o atleta

Zunga nasceu em 4 de abril - D. Glória e Seu Nicolau não se couberam de tão felizes com o lindo garotinho, fadado a fazer tantas e tantas pessoas tão felizes. Adora animais e plantas, até conversa com eles e os ouve. Se eu for contar tudo, tudo o que Zunga faz, com ou sem seus amigos - Iuri, Sofia, Clariana e Maurício, agora, em férias escolares - sempre há muito a vasculhar, descobrir. Já tinha quatro anos, sua mãe saiu ao quintal para colocar as roupas no varal e o viu bem quietinho, sentadinho, na varanda da frente. Foi até lá, pé ante pé, para ver o que descobria de tanta quietude - Zunga estava com uma borboletinha na mão esquerda e a asinha decepada na outra, tentando recolocá-la na pobrezinha. Não o conseguindo, pegou um talinho bem fininho de uma das folhas que encontrou no quintal mesmo de sua casa, juntou com um pedacinho de papel, colou-os com um pouquinho de sabão e tentou uma espécie de cirurgia na borboleta. Tentou, sim. Tentou muito. E chorava, chorava tanto...

- Zunga!? Zunga, venha cá! O que houve? - perguntou D. Glória.

- Eu tentei salvá-la, mamãe! Olha só. Ela não vai mais viver. Parece até que ela quer... (Um soluço, a voz trêmula.) Por que será que ela quer morrer? Eu já lhe dei uma asa nova, veja só!...

- Zunga, essa asa é muito pesada para a borboletinha; nada pode substituir a asa que Deus lhe deu - disse D. Glória, tentando confortá-lo.

Zunga, totalmente frustrado, saiu pensando em como é que não conseguira consertar a asa daquela borboleta. Decididamente, ele não sabia. E nem se interessou muito quando seu pai contava a sua mãe que, ao sair do trabalho, avistou o caminhão do velho Luís atropelando umas vacas do vizinho que atravessavam perigosamente as ruas da cidade.

"- Lugar de gado é na fazenda, no curral, menos na rua". Afirmou bem convicto o Seu Nicolau.

Para contribuir apenas, Zunga arremata, meio distante:

- Também, pai, as vacas não olharam para um lado e para o outro antes de atravessarem a rua. Nisso é que dá tanta falta de atenção. Elas têm que aprender a atravessar as ruas - confirmou Zunga.

Outro dia, Zunga encontrou, por acaso, um sapinho semimorto, bem na beira da estrada, que lhe chamou a atenção. Com certeza, tinha sido o caminhão do velho Luís!

O sapinho coaxava quase sem forças, seu papo já nem crescia mais, nunca mais aqueles pulinhos, nunca. É pena, porque a coisa que Zunga mais ama observar na natureza é o sapo, sua cor, seu jeitão esquisito, os olhos esbugalhados, a bocarra, sempre querendo comer mosquitinhos. Zunga, mais que depressa, improvisou uma maca. E o pobre sapo foi atendido, não tão... a tempo, mas foi.

Então, Zunga pegou o pano de prato de D. Glória, aquele, o melhor; amarrou-o de um lado a outro em dois pedaços de galhos de árvore - uma grandona da frente do quintal de sua casa - e pronto! A maca não podia ser melhor, mais limpinha e perfumada. O sapinho bem que merecia, repetia Zunga ante as possíveis reclamações de D. Glória. Mas, e agora? O que fazer? Como agir para, efetivamente, salvar

o bichinho? Zunga não sabia nem por onde começar; olhava para o sapo agonizante, olhava ao redor como que a buscar algum auxílio, e nada!

Emocionado, o garoto começou a rezar; porém, sem muita esperança. Foi casa adentro e pegou a primeira pomada que havia na gaveta da cômoda do quarto de seus pais e... um curativo - não teve dúvidas - a dor do sapinho com certeza aliviaria. Movimentou-se bem devagarzinho para não chamar a atenção de sua mãe - talvez ela não concordasse com sua atitude - e foi correndo ao encontro da vítima.

Muito certo do que devia fazer, Zunga cuspiu na mãozinha e passou um pouco da própria saliva no local traumatizado, limpando-o bem, depois secou com uma das pontas do pano de prato que servia de maca e passou a pomada com muita cautela. O mais difícil foi enrolar o curativo, pois a patinha do sapo estava bem dura e é muito frágil. Uf! Conseguiu! Que alívio! Por um bom momento o garoto ficou esperançoso do sucesso de tal operação.

Como era fim de tarde, certamente o sapo não poderia dormir ao relento, então, surge um outro drama para o garoto que achou muito natural colocar o sapo com maca e tudo sobre seu travesseiro, pois o travesseiro é macio, e ele não pode sofrer mais dor, o pobre do sapinho.

- Não! Não! E não, Zunga! O que você pensa que isso é? (Gritou sua mãe, que vinha entrando.)

- Ah! Mãe, é só um sapinho ferido! Ele precisa tanto de cuidado, só eu posso ajudá-lo. Deixa, mãe, é só hoje. Amanhã ele já estará melhor e vai poder ir embora. Por favor, mãe! (Argumentou o menino.)

Adiantaria D. Glória discutir com Zunga? A mãe também se emociona com a bondade do filho, então, sentou-se perto para ver o que havia. O sapo já estava morto, mas Zunga ainda não havia percebido. E D. Glória, sempre compreendendo as travessuras do garoto, ensaiou rapidamente o que lhe dizer.

- Zunga, o sapo também respira como nós?

- Claro! Respondeu, colocando os olhos interrogativos sobre o bichinho e, já com a respiração arfante, prestes a derramar toda a lágrima do mundo pelo sapinho, chorou, chorou demais, ao perceber que o bichinho não mais respirava.

De repente, ouviu a gritaria da turma - Iuri, Sofia, Clariana e Maurício - chamando-o no portão. "- E o nosso jogo?" Gritaram todos.

Zunga adorava conversar, brincar com eles, correr todo o quintal... E o time de futebol, então? Que bom que era! Tudo voltou ao normal na vida de Zunga, e ele tinha tanto que contar aos amiguinhos...! Contou mesmo tudinho.

Agora, no jogo de futebol, cada vez um vencia; não propositalmente, é claro - assim, não havia nenhuma rixa entre os amigos atletas; apenas, muita brincadeira, muito riso, muitos chutes a gol. O jogo foi disputado com muita garra. Depois, foram tantos e tantos jogos, tantos e tantos gols que nem viram que já era tarde...



**Hilda das Graças de Oliveira Curcio**

Taquígrafa no Tribunal

Conto premiado com o 1º lugar pelo júri popular no I Concurso Raquel de Queiroz, promovido pelo Sindjus



# Tribunal continua trabalhos em janeiro

A Turma Especial de Férias realizou sessões de julgamento nos dias 14, 24 e 31 de janeiro, julgando processos como *habeas corpus* com réu preso e outros que requeriam urgência. Presidida pelo Desembargador Federal Olindo Menezes, a Turma foi composta, ainda, pelos Desembargadores Federais Carlos Moreira Alves, Selene Maria de

Almeida e Maria do Carmo Cardoso. Além dos julgamentos em colegiado, os Desembargadores Federais proferiram despachos e decisões monocráticas.

A Turma Especial de Férias atua nos meses de janeiro e julho no Tribunal desde 2002. Foi criada para processar e julgar os processos que não podem deixar de ser apre-

ciados para não se provocar o perecimento do direito das partes envolvidas, bem como os pedidos de liminar e de outras medidas urgentes.

Essa alternativa surgiu para bem-atender o jurisdicionado nos períodos de exercício do direito de férias dos desembargadores federais, um direito a eles concedido por força da Lei Orgânica da Magistratura Federal - Loman, LC n. 35, de 14 de março de 1979, em seus arts. 66, 67 e 68.

A Turma Especial de Férias é composta semestralmente por eleição do Plenário do Tribunal. A última Turma foi instituída pela maioria dos votos dos membros presentes na sessão do dia 9 de dezembro de 2004. Posteriormente, no dia 31 de dezembro de 2004, foi publicada a Emenda Constitucional 45 que instituiu a reforma do Judiciário, ficando alteradas as férias coletivas dos magistrados, que serão adotadas pelo Tribunal a partir de julho de 2005, devido à dificuldade de operacionalização administrativa imediata dessa modificação com relação às férias de janeiro deste ano.



## Juizado Federal do DF realiza audiência coletiva

No dia 14 de dezembro de 2004 os juízes que atuam no Juizado Especial Federal do DF realizaram audiência conjunta para decidir a situação de cerca de 1.200 processos relativos à cobrança de contribuição social em separado sobre o salário de dezembro e o décimo terceiro salário.

A iniciativa teve como objetivo diminuir as enormes filas que vinham se formando em frente ao Juizado desde novembro. Em pouco mais de vinte dias, cerca de vinte e sete mil ações deram entrada no JEF/DF. Em apenas um dia foram 2.800 ações. A procura ao JEF foi tamanha que os processos referentes à cobrança do INSS somaram 50% do total de ações do JEF em dois anos de funcionamento. O problema foi o fato de que, em 95% dos pedidos, não haveria benefício econômico para o cidadão e em alguns casos, o contribuinte

estaria pedindo para pagar mais imposto. Além disso, a enorme quantidade de ações ajuizadas por falta de informação sobrecarregou o trabalho de magistrados e de servidores.

A audiência extinguiu sem analisar o mérito cerca de 1.200 processos que não atendiam aos requisitos. O trabalhador pode ajuizar o pedido se a soma do salário de dezembro com o décimo terceiro for superior a R\$ 2.508,72; caso a somatória não atinja esse piso não é vantajoso para o cidadão ajuizar ação no JEF. A Juíza Federal Cristiane Miranda falou sobre a extinção dos processos sem o julgamento do mérito “Estas pessoas estão pedindo que a contribuição social incidente sobre o décimo terceiro salário seja tributada de forma conjunta com o salário do mês de dezembro, aí sim haveria uma diminuição do

valor da contribuição social devida para o INSS; entretanto, para que haja algum benefício para a parte, é preciso receber, no mínimo, 50 % do teto da previdência social, ou seja, R\$ 1.254,36. As pessoas que recebem quantia inferior a esse valor não teriam qualquer benefício com a soma do salário de dezembro e o décimo terceiro” explicou a Juíza Federal. A tese refere-se às leis 8.212/91 e 8.213/91, que não aplicáveis aos servidores públicos estatutários.

Participaram da audiência os Juízes Federais Moacir Ferreira Ramos, Marcelo Rebello Pinheiro, Cristiane Miranda Botelho Mengue e Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz.

O mérito da questão, ou seja, o direito de receber a restituição, ainda vai ser julgado em mais uma audiência conjunta, prevista para o início deste ano.

## “Talentos”

Uma diversidade de estilos e temas. Assim pôde ser definida a Exposição Talentos, que reuniu no Espaço Cultural do TRF-1ª Região, entre os dias 22 de novembro e 03 de dezembro de 2004, obras de 14 artistas plásticos, sob a coordenação da Professora Berpe Brasil.

Várias foram as técnicas utilizadas na feitura dos quadros: acrílica, aquarela, óleo sobre tela, além de técnicas mistas, como a textura nas pinturas abstratas.

A servidora do Tribunal Theresa Cristina Llurda Menezes (foto), responsável pela iniciativa, expôs uma de suas obras na Amostra. “É gratificante expor minha obra no ambiente de trabalho. É interessante o fato de as pessoas manifestarem suas críticas e opiniões a respeito dela”, completou a artista plástica.



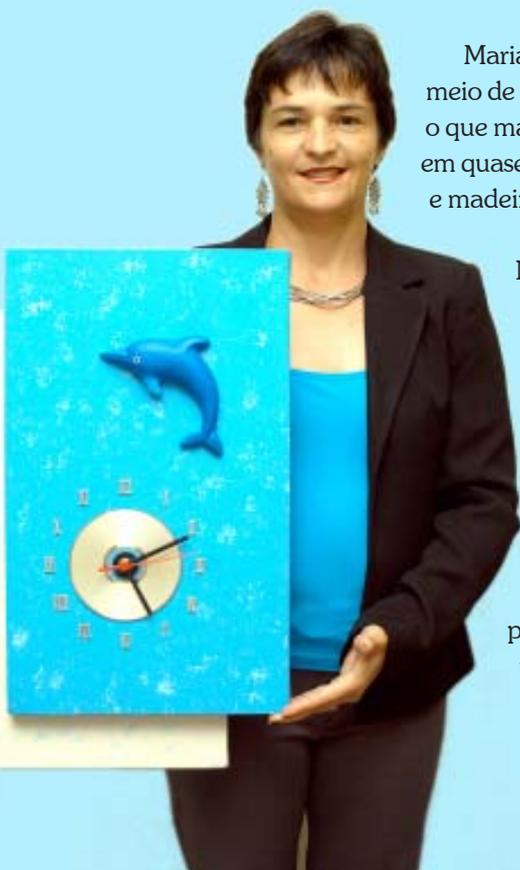
## Gente em Destaque

### Satisfação na pintura

Maria Dalva dos Santos, servidora do Pró-social, vê nas artes plásticas, além de um meio de manifestação de suas idéias, uma realização pessoal, pois como ela própria diz “é o que mais gosto de fazer”. Não houve um aprendizado formal. Considera-se autodidata em quase todas as obras que produz. Ela pinta quadros infantis e peças de gesso, cerâmica e madeira.

A característica principal de suas obras é a liberdade no processo de criação. Nos quadros infantis utiliza tinta a óleo, brinquedos, E.V.A (material de borracha), *biscuit* (massa de modelar), colagens de figuras e outros acessórios. Já nas pinturas em peças de gesso e cerâmica usa técnicas como neobarroco, renascentista, craquelê, pátina, entre outras. Para Dalva, a inspiração não tem hora e nem lugar para aparecer. “A inspiração, às vezes, chega nas horas mais inesperadas, quando vejo nas lojas algo interessante e colorido”, confessa.

Maria Dalva já expôs seus trabalhos várias vezes no Tribunal, a última aconteceu no mês de dezembro passado, quando algumas de suas peças ficaram expostas ao público. Na última Feira de Saúde, promoveu um curso de pintura para os participantes do evento. “Foi uma experiência muito boa poder passar para as pessoas aquilo que aprendi ou criei e que mais gosto de fazer, pois para mim, pintar é mais do que um prazer, é a plena realização”.



# Festa Espetáculo encerra

Os magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço que estiveram na Base Operacional do TRF da Primeira Região no dia 17 de dezembro de 2004 foram surpreendidas pelo encantamento das cores e do cenário que enfeitaram o local para a tradicional comemoração de encerramento das atividades do ano.

Inspirada na magia e na alegria circenses, a festa Espetáculo contagiou servidores e convidados com o azul, amarelo, vermelho e outros vários tons das faixas que saíam do teto e formavam uma colorida lona de circo. Pendurados em trapézios, bonecos-palhaços chamavam a atenção daqueles que olhavam para o alto e que, por alguns instantes, deixavam de observar leões e tigres em pequenas jaulas espalhadas por todo o ambiente.

Equilibristas com pernas-de-pau, mágicos, malabaristas e mímicos divertiam os presentes com brincadeiras e adicionavam ao evento o tempero da alegria demonstrada pelas gargalhadas e risos, tudo regado à música, muita música. Um painel azul de estrelas e planetas montado ao fundo abria passagem para o salão, onde foi servido um delicioso bufê.

O Presidente do TRF, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, participou do evento jun-



Acima, Ricardo Newman, representante do Banco do Brasil, Presidente Aloísio Palmeira e Secretário-Geral, Paulo Cardoso. Ao lado, Andréa Araújo, Juliana Espíndola, Andréa Ghisi, Presidente Aloísio Palmeira, Andréa Athayde e Lívia Contreiras comemoram o sucesso do evento organizado pela Asrep.



Festa de encerramento anima os convidados com atrações circenses.



# a atividades

tamente com o Secretário-Geral Paulo Cardoso e dirigentes da Casa. Os Desembargadores Federais Daniel Paes Ribeiro e Antônio Sávio de Oliveira Chaves também prestigiaram o evento organizado pela Asrep. Na ocasião, o Presidente parabenizou o corpo funcional da Casa pelo empenho depositado no exercício das atividades e na execução dos serviços no ano que passou, “Cumprimento-os pelo alcance e até pela superação das metas da Administração em 2004”, afirmou.

Em seguida, a Chefe da Asrep, Andréa Ghisi, idealizadora do evento, anunciou a participação da banda *Satisfaction*, aguardada com grande expectativa pelos convidados. O show animou ainda mais a festa com os ritmos das músicas internacionais e do rock nacional apreciados pelos mais de 1500 convidados.

Depois de oito horas de diversão, as luzes foram se acendendo, o som diminuindo e surgiram as cortinas anunciando o encerramento do espetáculo que conduziu cada participante ao mágico mundo da alegria. Restaram apenas as boas recordações e a expectativa de um ano novo cheio de felicidades para todos.

A festa teve o patrocínio do Banco do Brasil.



## Em clima de fim de ano

Antes de o TRF-1ª Região comemorar o encerramento das atividades em 2004 com a tradicional festa para magistrados, servidores, prestadores de serviço, estagiários e convidados, já era possível notar pelos corredores e instalações do Tribunal que a magia e o encanto do espírito natalino contagiava a todos. Guirlandas e árvores de natal enfeitando gabinetes e Unidades da Casa davam, discretamente, boas vindas à chegada do Natal. Imponente, a nova Árvore da Solidariedade, doada pela Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, montada em frente aos elevadores do Ed.Sede, crescia a cada dia com as doações recebidas de voluntários. Um bazar natalino deu um tom especial ao Espaço Cultural do Tribunal com o vermelho, o dourado e o verde dos bonecos de Papai Noel, dos anjos e toalhas para enfeitar a decoração dos lares, além do suave perfume das velas artesanais dos estandes e dos demais artigos trabalhados com o carinho e a paciência dos artesãos. No Salão Nobre, uma missa natalina celebrada pelo Núncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri e compartilhada pelo Presidente Aloísio Palmeira, dirigentes e servidores da Casa relembrou a todos o verdadeiro motivo de se comemorar o nascimento de Jesus: praticar a confraternização por meio da caridade e da solidariedade. Ações solidárias já fazem parte dos projetos sociais desenvolvidos pelo Comitê de Responsabilidade Social do TRF, que mais uma vez planejou a doação dos brinquedos produzidos na Fábrica de Brinquedos, durante a Feira de Saúde, em novembro. Numa solenidade simbólica realizada no gabinete da Presidência, o Desembargador Federal Aloísio Palmeira entregou dois brinquedos a Marcus Vinícius e Larissa, filhos do casal de prestadores de serviço Francisco de Assis Alves e Patrícia Maria Alves da Silva. Um total de 410 brinquedos foi doado, ainda, aos filhos dos demais prestadores de serviço e às crianças do Centro Integrado de Atenção Materno Infantil (Ciami), em Sobradinho. As doações arrecadadas pela Árvore da Solidariedade levaram mais alegria ao Natal das crianças de uma creche e dos idosos do asilo São Francisco de Assis. Pequenos gestos de agradecimento e muitos sorrisos revelaram o verdadeiro espírito natalino.



- De cima para baixo
1. Árvore da Solidariedade doada pela Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
  2. Bazar natalino
  3. Presidente Aloísio Palmeira em entrega simbólica de brinquedos
  4. Missa de Natal



# Comissão criada pelo Presidente A reestruturação do Tribunal



*Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, recebe das mãos da Presidenta da Comissão de Reestruturação, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, estudos sobre o dimensionamento e distribuição do quadro de pessoal permanente e do quadro de funções comissionadas da Primeira Região*



*Henoch Montenegro, Lúcia Beatriz de Sá, Nádia Santana, Presidente Aloísio Palmeira, Presidenta da Comissão de Reestruturação, Selene Maria de Almeida, Diretor-Geral Rubens Murga, Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior e Álisson Rodrigues*

Depois de três meses de trabalho intenso, a comissão criada para promover estudos sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal Permanente e do Quadro de Funções Comissionadas da 1ª Região entregou ao Presidente Aloísio Palmeira as propostas elaboradas. O trabalho está dividido em três partes: Tribunal; Juizados Especiais Federais; Seções e Subseções Judiciárias e contempla a expressiva maioria das sugestões apresentadas por magistrados, dirigentes e servidores. A comissão, instituída pela Portaria 600-511 de 22 de setembro de 2004, presidida pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, foi composta pelo Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior e pelos servidores Lúcia Beatriz de Sá, Henoch Montenegro, Nádia Santana, Elieusa Brandão e Álisson Rodrigues.

Com relação ao TRF, as propostas apresentadas estão em consonância com as diretrizes essenciais. Uma delas é a visão a médio e longo prazos, que abrange as necessidades das áreas judicante e administrativa, em decorrência da criação das 59 varas pela Lei 10.772/03 e da proposta encaminhada pelo Presidente Aloísio Palmeira ao Conselho da Justiça Federal em agosto de 2004, a fim de aumentar a composição do Tribunal em mais 24 desembargadores federais, totalizando 51 membros. Algumas unidades, cujas estruturas encontram-se defasadas em relação às demandas atuais, como a Corregedoria Geral, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais e a Secretaria de Informática, também foram objeto de estudo minucioso pela comissão, que apresentou sugestões para uma ampla recomposição de estrutura, cargos e funções.

Segundo o Presidente, a necessidade de se reestruturar o TRF tem por objetivo acompanhar a evolução do quadro de ma-

# Aloísio Palmeira conclui proposta de reestruturação das Varas e das Seções Judiciárias

gistrados e de pessoal da 1ª e da 2ª instâncias. “Desde o primeiro ano de funcionamento, a evolução deste quadro ocorreu de forma incompatível com o crescimento dos serviços jurisdicionais e administrativos, gerando acúmulo de trabalho em todos os setores”, afirmou. Para os integrantes da comissão, a reestruturação vai evitar que os trabalhos no Tribunal fiquem comprometidos, já que a instalação das novas varas significará um crescimento de 43% da Primeira Instância e, conseqüentemente, será traduzida em incremento das atividades do Tribunal, onde os recursos representam a maior parte dos processos recebidos.

**1ª Instância** – Com relação à primeira instância, a intenção do Presidente Aloísio Palmeira e também da Presidenta da Comissão, Selene Maria de Almeida, é tornar a Justiça Federal da 1ª Região mais presente fisicamente no interior, inclusive no norte do país (região onde há um intenso tráfico de drogas e de armas, contrabando de minérios e trabalho escravo). Há ainda um ideal de dotar os Juizados Especiais Federais de uma estrutura adequada e, sobretudo, de aprimorar a prestação jurisdicional em toda a primeira instância, o que só ocorrerá de fato depois

de aprovada a reestruturação das Varas Federais, das Varas e Coordenação Seccional dos Juizados, das Turmas Recursais e das áreas administrativas das Seções e Subseções Judiciárias.

**Aumento do número de servidores** – O trabalho elaborado pela Comissão também aponta para a necessidade do aumento substancial no número de cargos efetivos e de funções comissionadas no TRF e nas Seções e Subseções Judiciárias. Segundo informações repassadas pelos integrantes da comissão, desde a criação do Tribunal em 1989, o quadro de pessoal manteve-se praticamente estável, enquanto foram criadas 87 varas; ampliada a composição do Tribunal de 18 para 27 magistrados e criados os Juizados Especiais Federais, inclusive itinerantes.

O aumento do número de servidores na Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias já foi objeto de dois anteprojetos de lei elaborados pelo Tribunal, um em 1994, arquivado pelo Congresso, e outro em 1998, parcialmente aprovado, mas que não solucionou a questão. Segundo a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, a expectativa agora é de que haja uma compreensão por parte dos órgãos que vão deliberar sobre a proposta de tor-

nar o número de magistrados e servidores compatível com as exigências crescentes da demanda pelos serviços da Justiça Federal da 1ª Região, principalmente depois da Constituição de 1988. “Haverá necessidade por parte dos órgãos colegiados do TRF e do STJ e, depois, pelo legislativo, de se considerar que não é possível um aumento significativo da prestação jurisdicional sem que isso implique também a disposição do país em investir financeiramente em uma melhor reestruturação da Justiça Federal nas 14 unidades federativas que compõem a 1ª Região, não há milagre”, alertou.

**Tramitação** – Além de encaminhar a proposta de reestruturação ao Presidente Aloísio Palmeira, a Comissão com a intenção de enriquecer o trabalho, sugeriu o envio de cópia das propostas para manifestação da Corregedoria-Geral, da Coordenação dos Juizados Especiais, da Escola de Magistratura Federal, da Vice-Presidência e do Sindjus. O próximo passo será a apresentação das propostas para o Plenário do Tribunal que, após análise e eventuais ajustes, vai encaminhar o anteprojeto de lei ao Conselho da Justiça Federal. Em seguida, o anteprojeto será remetido ao STJ e depois ao Congresso Nacional.

**Verifique, abaixo, a defasagem do número de cargos efetivos no âmbito do TRF da 1ª Região**

Ano	Número de Desembargadores Federais	Número de cargos no TRF da 1ª Região	Número de processos no TRF da 1ª Região
1990	18	625	18.560
1994	18	770	63.331
Até agosto/2004 (após criação de 87 varas e criação dos Juizados Especiais Federais)	27	958	191.558

## COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO

**Selene Maria de Almeida – Presidenta**  
**Juiz Federal Euler de Almeida S. Júnior**  
**Álisson Rodrigues**  
**Elieusa Guedes**  
**Henoch Montenegro**  
**Lúcia Beatriz de Sá**  
**Nádia Santana**

## APOIO ESPECIAL

**Marcos Vinícius Ribeiro**  
**Josiane Santos Batista**  
**Oscar Reis Neto**  
**Sandra Borges Costa**  
**Ricardo Paulo Tomaz**



## *Confira abaixo algumas propostas da reestruturação*

### **No Tribunal:**

- ♦ Ampliação do quadro de pessoal permanente e de funções comissionadas;
- ♦ Ampliação do quadro de pessoal e funções dos gabinetes dos Desembargadores Federais;
- ♦ Recomposição dos cargos e funções da área administrativa;
- ♦ Comissionamento padronizado de 70 a 80% do quadro de cargos efetivos das unidades;
- ♦ Criação das funções de Assistente Jurídico (FC-05), exclusivas de bacharéis em Direito, e de Assistente Executivo (FC-05), para funções de assessoramento intermediário;
- ♦ Transformação de FC-4 - Encarregado de Setor para FC-6 – Chefe de Seção;
- ♦ Estruturação da Ouvidoria da Justiça Federal e criação de uma divisão para processamento dos feitos na Corregedoria-Geral (Coger);
- ♦ Ampliação da estrutura da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), com a criação de duas divisões para reforçar as atividades: Divisão de Estudos, Pesquisa e Planejamento e Divisão de Coordenação, Treinamento e Avaliação;
- ♦ Criação da Escola de Aprimoramento dos Servidores da 1ª Região em moldes semelhantes aos da Esmaf;
- ♦ Criação da Central de Atendimento do TRF-1ª Região, para atendimento ao público;
- ♦ Ampliação da estrutura da Assessoria da Magistratura (Asmag);
- ♦ Criação de um cargo de assessor para cada Secretaria da área administrativa;
- ♦ Subordinação da Secretaria de Controle Interno à Presidência;
- ♦ Criação da Comissão Permanente de Sindicância na Secretaria-Geral da Presidência.

### **Na 1ª Instância:**

- ♦ Ampliação do quadro de pessoal permanente e de funções comissionadas;
- ♦ Reestruturação das Varas Federais, com aumento do número de cargos e de funções e maior flexibilidade para lotação interna de acordo com as especificidades das vars de execuções fiscais, criminais etc.
- ♦ Reestruturação das Varas dos Juizados Especiais Federais, com aumento do número de cargos e de funções;
- ♦ Reestruturação dos cargos e funções das Turmas Recursais, com a adequação das secretarias e dos gabinetes dos juizes das Turmas à estrutura dos Gabinetes da Vara JEF padrão sugerida pela comissão;
- ♦ Reestruturação das coordenações seccionais dos JEFs, com aumento do número de cargos e de funções;
- ♦ Reestruturação dos cargos e funções da Administração das Seções Judiciárias (transformação das FC-06 dos Diretores de Núcleo em CJ-01 e transformação da função de Supervisor de Seção para Chefe de Seção, com a transformação de FC-05 - Supervisor de Seção para FC-06 - Chefe de Seção; criação da Seção de Compras e da Seção de Contratos; criação da Seção de Representação Social, Seção de Imprensa, Seção de Análise e Pareceres Jurídicos, desde a Seção Judiciária de padrão administrativo inicial; transferência da Seção de Planejamento e Orçamento e da Seção de Execução Orçamentária e Financeira do Núcleo de Administração para a Secretaria Administrativa; criação da Seção de Assistência Médica, Odontológica e Psicológica e criação da Seção de Manutenção Predial e da Seção de Projetos e Obras;
- ♦ Reestruturação dos cargos e funções da Administração das Subseções Judiciárias (aplicação do número de cargos e funções; criação de uma chefia para área administrativa;)
- ♦ Criação ou especialização de Varas Federais (criação de Varas de competência Plena, com JEF adjunto, nas Seções Judiciárias da Região Norte e de Mato Grosso; criação ou especialização de Varas Criminais, pelo menos na sede de cada Seção Judiciária; criação ou especialização de Varas de Execução Fiscal e de Varas Cíveis; criação de Varas Previdenciárias)
- ♦ Criação de Varas de Juizados Especiais Federais (criação de varas de JEF na sede das Seccionais; criação de varas interiorizadas de JEF em municípios de grande densidade populacional; criação de varas interiorizadas de JEF para o acesso físico do jurisdicionado; criação de varas interiorizadas de JEF para o estabelecimento do equilíbrio da relação habitante-cargos de Juiz entre as Seções Judiciárias).

# Novos dirigentes tomam posse

*A servidora Kátia Ribeiro, ladeada pelos dirigentes do Tribunal.*



*Mírian Guimarães,  
Presidente Aloísio  
Palmeira e Diretor-  
Geral Rubens Murga*



*O Desembargador  
Federal Antônio Sávio,  
a empossanda Virgínia  
Soares, o Presidente  
Aloísio Palmeira, o  
Diretor-Geral Rubens  
Murga, o Secretário-  
Geral Paulo Cardoso e o  
Diretor da Direh José  
Carlos Viana*



*A servidora Julienn  
Monteiro Fernandes,  
ladeada pelo Vice-  
Presidente no exercício  
da Presidência, Mário  
César Ribeiro e por  
dirigentes do Tribunal.*



*O Diretor da Secretaria de  
Recursos Humanos, Alex  
Amorim, faz a leitura do  
termo de posse do servidor  
Washington Luiz Paiva*



❖ A servidora Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana tomou posse no cargo de Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico – Secretaria de Planejamento e Administração no dia 24/11/2004. Na ocasião, o Presidente Aloísio Palmeira parabenizou a empossanda, desejando-lhe um feliz retorno à Casa, uma vez que a servidora estava trabalhando no CJF. Dirigentes do TRF-1ª Região e servidores compareceram ao evento na Presidência.

❖ No dia 26/11/2004, o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, empossou a servidora Mírian Guimarães Santos no cargo de Diretora da Divisão de Auditoria da Secretaria de Controle Interno.

Estiveram presentes ao evento o Diretor-Geral, Rubens Murga, o Secretário-Geral, Paulo Cardoso, a Assessora Parlamentar, Helga Ferraz Jucá, dirigentes do Tribunal, além de servidores da Casa.

❖ O cargo de Diretora da Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos da Subsecretaria de Administração Financeira da Secretaria de Administração agora é ocupado pela servidora Virgínia de Berrêdo Guimarães Soares. A posse ocorreu na Presidência no dia 1º/12/2004 e contou com a presença do Desembargador Federal Antônio Sávio, dirigentes e servidores do Tribunal.

❖ O Vice-Presidente no exercício da Presidência, Mário César Ribeiro, empossou, no dia 10/01/2005, a servidora Julienn Monteiro Fernandes no cargo de Diretora da Divisão de Julgamentos da Oitava Turma. Participaram do evento na Vice-Presidência o Diretor-Geral, Rubens Murga, e o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim.

❖ No dia 11 de janeiro, o servidor Washington Luiz Paiva da Silva foi empossado no cargo de Diretor de Procedimentos Diversos da Coordenadoria de Recursos (Corec) da Secretaria Judiciária pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Mário César Ribeiro. Além de dirigentes do Tribunal, participou do evento a Coordenadora da Corec, Cristina Takeshita.



## *Decisões do TRF-1ª Região*

### **Abertura de arquivos relativos à Ditadura**

A 6ª Turma do TRF-1ª Região confirmou sentença de 1º grau, para que fossem abertos os arquivos da Ditadura relativos aos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia aos parentes das vítimas desaparecidas. Segundo o Desembargador Federal do TRF-1ª Região Relator do processo, Souza Prudente, as famílias das vítimas dos conflitos armados entre manifestantes do então partido comunista e o exército no Araguaia têm direito a conhecer o paradeiro de seus parentes. O Desembargador citou várias organizações internacionais que classificam o “delito de desaparecimento forçado” como um desrespeito a princípio dos Direitos Humanos, pois as vítimas não são somente os desaparecidos, mas também seus familiares, que se encontram atormentados permanentemente. Para o Desembargador, é fundamental o conhecimento das circunstâncias do desaparecimento dos corpos, para que seja possível aos familiares providenciar certidões de óbito, além de traslado e sepultamento das vítimas. Para a solução da lide, seria fundamental que o governo apresentasse o relatório elaborado ao final da Guerrilha do Araguaia, em 1975, da autoria dos militares. A existência do relatório, apesar de contestada pela União, é reforçada por declarações de sobreviventes da Guerrilha, bem como por documentos encontrados e acostados ao processo.

Na conclusão, o Desembargador Federal Souza Prudente, insatisfeito com o fato de a União ainda não ter cumprido a sentença, estabeleceu que fosse realizada, no dia 15 de dezembro de 2004, audiência para a instalação dos trabalhos judiciais a fim de se estabelecerem medidas operacionais que visem ao cumprimento da sentença de 1ª grau, da lavra da Juíza Federal Solange Salgado.

O julgamento contou com o voto do Juiz Federal Convocado João Carlos Mayer, no mesmo sentido do voto do Relator Souza Prudente, e com o voto discordante do Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro.

AC 2003.01.00.041033-5 DF

### **Mantida pena de condenação**

Mantida pelo TRF- 1ª Região condenação a mais de dezenove anos de prisão para acusado de matar policial rodoviário federal no exercício de sua função. O acusado, ao conduzir uma moto sem usar capacete, fora interceptado pelo policial, mas fingindo ter sido detido, surpreendeu atirando, o que resultou na morte do policial. Na verdade, o acusado teria acabado de sair de um roubo.

A defesa, além de recorrer da exposição a que se submeteu o acusado por ter sido filmado o julgamento em 1ª instância, manifestou-se inconformada quanto à pena estabelecida, ao afirmar ter sido desfavorecido o acusado por permanecer algemado durante todo o julgamento, o que teria influenciado na decisão do júri.

O Juiz Federal Convocado Marcus Vinicius Reis Bastos esclareceu, durante o julgamento no TRF-1ª Região, que no caso não havia nenhum impedimento para que a sessão não fosse pública, não representando afronta a qualquer princípio jurídico o simples ato de filmagem. Completou ainda o Juiz Federal que, dada a periculosidade do criminoso, para a segurança das pessoas e a tranquilidade dos trabalhos durante o julgamento, o acusado precisou ser mantido algemado.

Acr 2000.01.00.051320-5

### **Confira outras decisões judiciais:**

- Repasse para empresa conveniada ao SUS
- Veículo que transportava cigarros contrabandeados permanecerá apreendido
- Permitido cancelamento de CPMF
- Médicos cubanos em TO terão 6 meses para regularizar situação profissional

# Ajufer tem novos desafios pela frente

O ano de 2005 começa com a celebração de muitos resultados positivos alcançados pela Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – Ajufer, maior entidade regional representativa de magistrados existente no país. Funcionando em sede própria desde novembro do ano passado no Setor de Autarquias Sul, em Brasília, a AJUFER tornou-se referência atuando de maneira freqüente para atender às reivindicações da maioria dos Associados.

Em 2003 e 2004, a Ajufer realizou encontros anuais com temáticas diferentes. Os eventos, voltados para o aprimoramento profissional dos magistrados, foram importantes também para promover o entrosamento entre os associados, que correspondem a mais de 80% dos Juizes Federais da 1ª Região. O resultado verificado com o passar do tempo foi mais credibilidade e legitimidade para a atuação da diretoria.

Alguns membros que compunham a

executiva da Ajufer no biênio 2002-2004 foram reeleitos na chapa “Ajufer- Realizações e Conquistas”, única chapa registrada para concorrer à eleição para o biênio 2004-2006, realizada no dia 7 de dezembro último. A posse da nova diretoria e dos membros do Conselho Fiscal aconteceu uma semana depois, em solenidade realizada no Clube da Aeronáutica, da qual participaram vários associados, Desembargadores do TRF 1ª Região, dentre outros convidados.

Reeleita, a Presidente da Ajufer, Juíza Federal Solange Salgado, informou à Revista Destaque que a fixação e a observância de critérios objetivos para assuntos relacionados aos Juizes Federais como substituição, movimentação, remoção, promoção, férias, plantão e licenças vão permanecer na pauta de trabalho contínuo da nova Diretoria.

Outro aspecto sobre o qual a Ajufer manterá atenção redobrada é o déficit de funcionários, de equipamentos e de ma-

terial de rotina, considerado expressivo na 1ª Região. Solange Salgado explicou que a Associação não medirá esforços para, sempre que necessário, fazer requerimentos junto ao TRF-1ª Região, para assegurar os interesses institucionais dos Juizes. O ajuizamento de ações e a movimentação política junto aos outros Poderes, atuações que foram constantes na última gestão, também permanecerão na classe de atuações plantonistas.

**Preocupação com o bem-estar dos Associados** - Em razão da sede da Ajufer, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dos Poderes da República estarem em Brasília, os associados constantemente se deslocam para a Capital. Por isso, a Associação pretende atuar ainda mais no sentido de viabilizar em Brasília as condições necessárias para receber o Juizes de forma confortável e agradável, minimizando o desconforto da ausência do lar.

## Conheça a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Ajufer:

### **DIRETORIA EXECUTIVA:**

**Presidente:** Dr<sup>a</sup> Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos (DF)

**1º Vice-Presidente:** Dr. Carlos Eduardo Castro Martins (BA)

**2º Vice-Presidente:** Dr<sup>a</sup> Anamaria Reys Resende (DF)

**Secretária-Geral:** Dr<sup>a</sup> Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca (MG)

**Diretor Financeiro e do Patrimônio:** Dr. Moacir Ferreira Ramos (DF)

**Dir. Cultural, Social e de Benefícios:** Dr. José Godinho Filho (GO)

**Dir. de Eventos:** Dr. Durval Carneiro Neto (BA)

**Dir. de Divulgação e Comunicação Social:** Dr. Nazareno César Moreira Reis (DF)

**Diretora de Convênios:** Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Resende Guimarães (MG)

**Diretor de Assuntos da Magistratura:** Dr. Mark Yshida Brandão (GO)

**Diretor de Assuntos Legislativos:** Dr. Miguel Ângelo de Alvarenga (MG)

**Diretor de Projetos Especiais:** Dr. José Magno Linhares Moraes (MA)



### **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:**

#### **Efetivos:**

Dr<sup>a</sup> Selene Maria de Almeida (TRF 1ª Região)

Dr. Marcos Augusto de Souza (DF)

Dr. João Carlos Mayer Soares (MG)

#### **Suplentes:**

Dr. Vallisney de Souza Oliveira (AM)

Dr. Carlos Alberto Simões de Tomaz (MG)

Dr. Warney Paulo Nery Araújo (MT)

## Na minha opinião

### Celebração

A memória é um instrumento precioso: ela nos traz lembranças, mas nos faz saudosos. Entretanto, recupera a graça de um tempo e nos devolve o entusiasmo.

É na memória que busco o tempo do Izabela Hendrix!

Estranhamente, não significa saudosismo, mas celebração e agradecimento. De repente, o passado de ontem é o presente de hoje. Eu me indago: que escola era aquela que nos capturou numa armadilha de amor e de ufanismo, que nos fez especiais, donas do nosso nariz e de nossas opiniões? Que escola era aquela que nos fazia pensar o mundo com nossa cabeça de adolescentes, ao mesmo tempo nos dando o riso inconseqüente da idade junto à consciência política? Que se apossou tão inteiramente de nós, que até hoje faz uma diferença em nossas atitudes?

“Conhece o dever e cumpre-o”.

Um tema positivista? Talvez... mas não é o que falta hoje? Esta noção de poder enfrentar o mundo e lutar por nossas opiniões com dignidade? Ter humildade para posicionar-se diante do desconhecido e desvendá-lo?

Por que nós, do Izabela, éramos diferentes? Que escola era aquela que incutia em nossas mentes uma filosofia de vida tão humanista?

Uma escola que faz cem anos! Cem anos não são cem dias. Deixam marcas, cicatrizes, coisas boas e coisas ruins, e só sobrevive porque é genuína, verdadeira. Assim era o ensinar da escola: fazer pensar.

Eu te celebro, Izabela Hendrix, por ter me dado a noção do livre arbítrio, o humanismo do Prof. Ziller, o vigor do Prof. Paz, a experiência de uma D. Leontina, a cobrança de D. Ângela Vaz Leão, a correção magnífica de Magda Soares, o humor sutil do Prof. Palhano,

o amor derramado de D.Cotinha, a ternura incontida de Rosinha Viana e, muitos, muitos outros. Eles se multiplicavam e repartiam, com uma generosidade escandalosa, o saber, a vivência, compreendendo aqueles adolescentes ruidosos, ávidos, sequiosos por uma taça de vida.

Procuro palavras para celebrar o caminhar dessa escola, celebrar aquilo que recebi e distribuo a cada dia, em cada palavra que digo, em cada posicionamento de vida que assumo. Não quero ser saudosista. O Izabela é vivo, pulsante em cada um de nós, seus ex-alunos.

Eu te celebro, Izabela Hendrix, com o “deo gratias” da maturidade, com o privilégio de ter participado de tuas hostes.

Vida longa ao ensino com consciência e dedicação.

Vida longa ao Izabela Hendrix!

É tempo de celebração!



**Maria José Fonseca**

Artista plástica, ex-aluna e esposa do Chefe de Gabinete Fausto da Fonseca

# Habeas Cantus promove encontro de corais

O Salão Nobre do TRF – 1ª Região recebeu no dia 10 de dezembro de 2004 o encontro de corais “Encantando Sonhos de Natal”. Com belas apresentações do coral *Habeas Cantus*, organizador do evento, e dos corais Corte em Canto, do STJ, o coral do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, o Ecumênico do Templo da Boa Vontade e o coral dos funcionários CEP/Escola de Música de Brasília, o evento marcou o início das festividades de final de ano.

O encontro teve início após a declaração do Presidente em exercício do Tribunal, Vice-Presidente Mário César Ribeiro, que disse ser “com alegria que o TRF recebe os corais, que cantam canções que nos alegam, tranquilizam e nos emocionam”. Depois do discurso do Desembargador Federal, tiveram início as apresentações.

O coral *Habeas Cantus* (foto) foi o primeiro a subir no palco, seguido pelo coral do TJDF e territórios, ambos regidos pela maestrina Cláudia Costa. O terceiro coral a se apresentar foi o dos funcionários do CEP/Escola de Música de Brasília comandado pelo maestro e professor Danilo Salomão.

O coral Corte em Canto, do Superior Tribunal de Justiça, iniciou sua apresentação com uma declaração sobre o papel do coral e da música na vida das pessoas e de

como eles podem ajudar “no desenvolvimento pessoal, na inserção social, além de proporcionar um engrandecimento cultural”. O último coral a se apresentar foi o do Templo da Boa Vontade. O repertório composto por belas músicas natalinas fez com que os corais fossem aplaudidos de pé pelos presentes.

Para finalizar o encontro todos os grupos se reuniram no palco para cantar mais canções natalinas. A apresentação transmitiu uma mensagem de compaixão, mudança e solidariedade e fez servidores e convidados pedirem “bis”.

A cerimônia continuou após as apresentações com a entrega aos regentes e aos

coordenadores de cada coral de um certificado de participação no encontro “Encantando Sonhos de Natal” e uma lembrança de natal. Ocorreu, ainda, o sorteio de cestas natalinas e de livros de receitas. Depois de todas as premiações, os presentes se dirigiram ao *hall* do Plenário, onde foi realizado o coquetel de confraternização.

Estiveram presentes ao evento os Desembargadores Federais Maria do Carmo Cardoso, Antônio Sávio, Carlos Fernando Mathias, Antônio Ezequiel, o Diretor-Geral, Rubens Murga, o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim, além de dirigentes, servidores da Casa e convidados.



*Maestrina Cláudia Costa e o Presidente em exercício Mário César Ribeiro*

## Campeonato de Futebol da Assejufe 2004

No dia 04 de dezembro, o Centrejufe foi sede da final do Campeonato de Futebol de Campo da Assejufe, ano 2004, entre a equipe da Segurança e a Justiceiros.

Essa foi a terceira final consecutiva ocorrida entre as duas equipes.

No ano de 2002, a equipe da Segurança foi vencedora e, no ano de 2003, a vitória foi da equipe Justiceiros.

Não houve gol no primeiro tempo da partida, mas, aos 17 minutos do 2º tempo, o servidor Roberto dos Santos Barrense entrou na área adversária e chutou encobrindo o goleiro, marcando um bonito e o único gol da partida.

Com esse título, a equipe Justiceiros tornou-se a primeira equipe a ser bicampeã da competição, recebendo os troféus do Presidente da Assejufe Fernando Melo.

A disputa aconteceu sob os olhos de uma animada torcida.



*Segurança 0 x 1 Justiceiros*

# Aprovada Reforma do Judiciário



No último dia de 2004, foi publicada no Diário Oficial da União a tão esperada “Reforma do Judiciário”. Depois de tramitar por cerca de 13 anos no Congresso Nacional, o texto da Emenda Constitucional (EC) n° 45 foi aprovado, trazendo várias mudanças aos procedimentos da Justiça. A adoção da súmula vinculante, que obriga juízes e tribunais a seguirem decisões aprovadas por pelo menos 8 dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal, o controle externo do Judiciário e do Ministério Público e a quarentena de três anos para juízes que deixarem seus cargos para poderem exercer a advocacia nos juízos ou tribunais dos quais se afastaram são algumas das medidas que passam a vigorar com a Emenda.

Para muitos magistrados, como o Presidente do TRF da 1ª Região, Aloísio Palmeira, a reforma aprovada traz apenas medidas paliativas. “A verdadeira reforma deve atender à população em seus anseios de justiça célere. Necessitamos de reforma estrutural, que ofereça melhores condições materiais e de pessoal para a Justiça e, também, de reforma processual para eliminar as leis anacrônicas, com objetivo de agilizar a prestação jurisdicional”, concluiu de forma realista. O Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, afirma que a reforma ainda é o primeiro passo para dotar o país de um Judiciário eficiente. Segundo ele, é preciso ainda aprovar os 23 projetos de alteração processual enviados em dezembro ao Congresso e concluir a reforma gerencial que está em andamento no Judiciário.

A EC 45 também apresenta a preocupação de melhorar a qualidade da magistratura. Neste sentido, a Emenda passa a exigir três anos de atividade jurídica para ingresso na carreira de juiz e cria a Escola Nacional de Magistratura, que será coordenada pelo STJ, para convencionar procedimentos entre os magistrados e preparar os juízes recém-empossados.

Uma outra novidade estabelecida pela Emenda é a de que tratados e conven-

ções internacionais, aprovados nas duas casas do Congresso Nacional por dois terços de seus membros, terão a mesma validade de emendas constitucionais.

**Justiça Federal** – Outra mudança trazida pela reforma é a federalização de crimes contra os direitos humanos e a previsão da instalação da justiça itinerante pelos Tribunais Regionais Federais, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição. A Reforma também prevê um funcionamento descentralizado dos TRFs por meio de Câmaras regionais, com a finalidade de assegurar o acesso à Justiça.

Ponto importante é o fato de a EC 45 também determinar que a atividade jurisdicional seja ininterrupta, vedar as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau e alterar a composição da Corte Especial, que deixa de ser composta exclusivamente pelo critério de antiguidade, e passa a prover a metade de suas vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Plenário.

**Conselho Nacional de Justiça** – O controle externo será feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o Judiciário, e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ambos serão compostos por magistrados, membros do MP, advogados e por cidadãos indicados pelo Poder Legislativo. O CNJ será composto por quinze membros e presidido por um Ministro do STF. O corregedor-geral do órgão será um Ministro do STJ. Todos os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. Ao CNJ caberá o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

A previsão para instalação dos Conselhos é de 180 dias após a promulgação da Emenda Constitucional, isto é, junho de 2005.

O Conselho Nacional de Justiça compõem-se de quinze membros com mais de 35 anos e menos de 66 anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

- Um Ministro do STF, indicado pelo respectivo Tribunal;
- Um Ministro do STJ, indicado pelo respectivo Tribunal;
- Um Ministro do TST, indicado pelo respectivo Tribunal;
- Um Desembargador do Tribunal de Justiça, indicado pelo STF;
- Um Juiz Estadual, indicado pelo STF;
- Um Desembargador Federal de TRF, indicado pelo STJ;
- Um Juiz Federal, indicado pelo STJ;
- Um Juiz de TRT, indicado pelo TST;
- Um Juiz do Trabalho, indicado pelo TST;
- Um membro do MPU, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- Um membro do MP estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da OAB;
- Dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

*A fim de se adequar às mudanças estabelecidas pela Reforma do Judiciário, o TRF da 1ª Região alterou a composição da Corte Especial. Confira como ficou:*

Aloísio Palmeira – Presidente  
 Mário César Ribeiro – Vice-Presidente  
 Assusete Magalhães – Corregedora-Geral  
 Tourinho Neto  
 Catão Alves  
 Jirair Aram Meguerian  
 Carlos Fernando Mathias  
 Olindo Menezes  
 Luciano Tolentino Amaral

I´talo Fioravanti Sabo Mendes  
 Carlos Olavo  
 Daniel Paes Ribeiro  
 João Batista Gomes Moreira  
 Antônio Souza Prudente  
 Selene Maria de Almeida  
 Sebastião Fagundes de Deus  
 Antônio Sávio de Oliveira Chaves  
 Maria do Carmo Cardoso

No último dia 13 de dezembro, o Presidente Aloísio Palmeira assinou o ofício que encaminhou ao STJ a lista quántupla dos desembargadores federais escolhidos pelo Plenário. O STJ procederá à escolha de dois desembargadores federais dos TRFs, um para compor o CNJ e outro para compor o CNMP. O STJ também fará a escolha de um juiz federal para compor o CNJ. Todos os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

### **Desembargadores Federais**

Jirair Aram Meguerian – 21 votos  
 Mário César Ribeiro – 17 votos  
 Antônio Augusto Catão Alves – 16 votos  
 Carlos Fernando Mathias – 16 votos  
 Luciano Tolentino Amaral – 15 votos

### **Juízes Federais**

Reynaldo Soares da Fonseca – 17 votos  
 Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros – 17 votos  
 Ricardo Machado Rabelo – 14 votos  
 Euler de Almeida Silva Júnior – 14 votos  
 Novély Vilanova da Silva Reis – 13 votos



# Assinado Pacto em favor de um Judiciário rápido e republicano

No último dia 15 de dezembro, um Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano foi firmado pelos representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em uma solenidade realizada no Palácio do Planalto. O documento estabelece 11 compromissos fundamentais que visam agilizar

o número de defensorias públicas, principalmente no plano federal, onde o número de Defensores não chega a 10% do quantitativo de unidades jurisdicionais a serem atendidas.

A necessidade de informatizar o Judiciário também foi lembrada no pacto, ficando estabelecido que serão apresenta-

revisão da Lei de Execução Fiscal, com base na proposta já formalizada pelo Conselho da Justiça Federal; implementar um banco de dados onde possam ser identificados todos os casos graves de violações aos direitos humanos; realizar debates e audiências de conciliação visando à construção de modelos institucionais, para que

seja superado o tormentoso problema dos precatórios vencidos e não pagos; desenvolver de grande esforço, sob a coordenação da AGU, para que normas e condutas administrativas sejam adequadas às diretrizes já pacificadas no STF e, ainda, incentivar a aplicação das penas alternativas. Também ficou pactuado que, até o final de 2005, será organizado o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Judiciais, sob a coordenação do STF.

O documento foi assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, pelo Presidente do Senado, José Sarney e pelo Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. O Presidente Aloísio Palmeira compareceu à solenidade, representando a Justiça Federal da Primeira Região.

Segundo o Presidente do STF, Nelson Jobim, é inédita no país a reunião de esforços do Executivo, do Legislativo e do Judiciário no sentido da busca de uma Justiça eficaz. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou a iniciativa, revelando que se tratava de um momento histórico. "Agir em conjunto e de forma harmônica é a melhor contribuição que cada um dos poderes pode prestar à nação neste momento singular da história republicana. A sociedade exige uma Justiça mais rápida, eficiente e acessível", concluiu.

Foto: STF



*Representantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo assinam Pacto para agilizar o Judiciário*

a Justiça e aproximá-la dos cidadãos, inclusive, o de adotar todas as providências para a implementação das mudanças aprovadas pela Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45) até o final do 1º semestre de 2005.

Dentre outros acordos pactuados para serem cumpridos a partir deste ano, estão os projetos de lei que tratam de mudanças nos Códigos de Processo Civil, Penal e do Trabalho, o compromisso de apoiar o STJ, os TRFs e os TJs na realização de Juizados Itinerantes e a meta de ampliar

das metas de expansão de tais iniciativas para que as fontes de financiamento sejam viabilizadas pelos três Poderes. Ficou definido, ainda, que no plano legislativo serão incluídos na agenda parlamentar os projetos de lei que visam regular e incentivar os procedimentos eletrônicos no âmbito judicial.

Outros pontos importantes que as autoridades dos três Poderes se comprometeram a fazer em conjunto foram: determinar aos órgãos competentes a viabilização de soluções, inclusive com

# Novo Sistema de Segurança da Biblioteca

Um novo sistema de segurança foi instalado na Divisão de Biblioteca – DIBIB, do Tribunal. O Sistema de Segurança Eletromagnético funciona por meio de sensores instalados na entrada da Biblioteca. Todos os livros receberam uma tarja magnética, o que vincula sua saída à passagem pelo balcão de empréstimo, onde é feita a desmagnetização da tarja. Caso alguém tente levar um livro de forma irregular, o alarme dispara automaticamente.

Esta é a última etapa de um projeto de proteção ao acervo bibliográfico do TRF-1ª Região. As primeiras medidas preventivas consistiram no controle dos empréstimos e renovações de livros, na cobrança de empréstimos atrasados e na colocação

de escaninhos, a fim de coibir a entrada de pessoas portando mochilas e bolsas.

Cerca de 1.000 livros circulam mensalmente na Biblioteca. Segundo a Diretora da DIBIB, Ana Cláudia Cordeiro Correa Lima, o alto índice de extravio, cerca de 1,2%, quando o recomendado é de até 1%, motivou a adoção de tais medidas. Por meio de inventários anuais, ela pôde constatar que muitas obras sumiam ou não retornavam à Biblioteca.

Mas os resultados de um controle mais rígido por parte da divisão já podem ser comemorados: o índice de obras desaparecidas já diminuiu para 0,5% e o acervo da Biblioteca está sendo preservado de forma eficiente e segura.



Sensor instalado na entrada da biblioteca

## Sem medo de falar em público

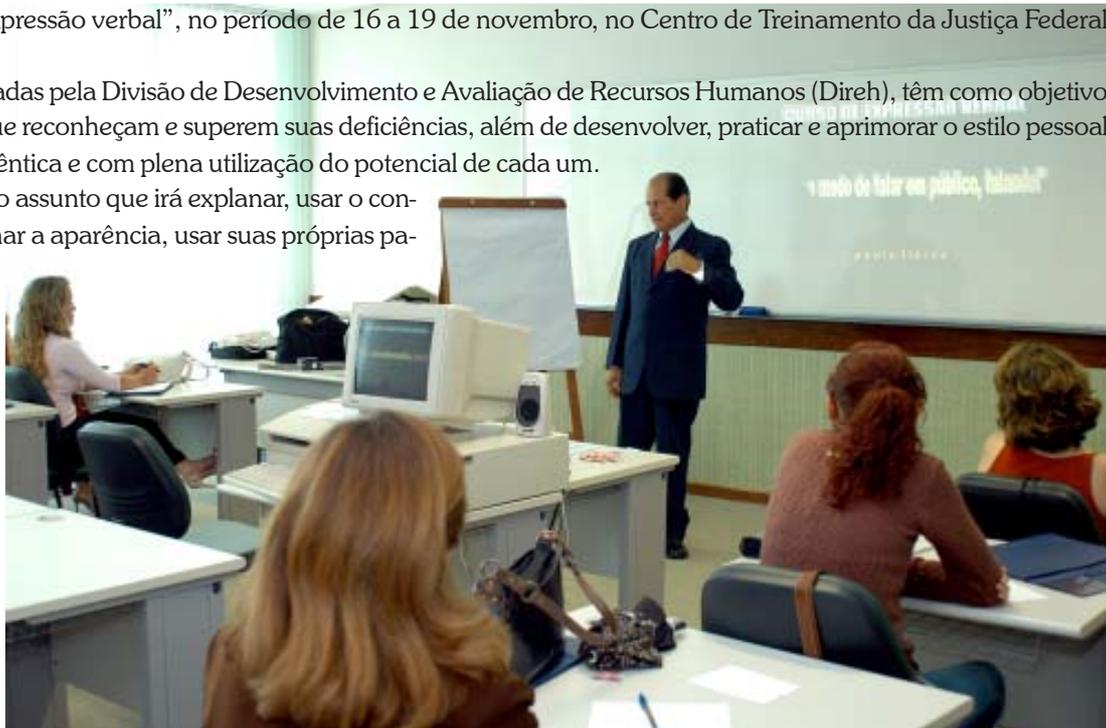
Nervosismo, suor frio, gagueira são algumas das descrições de como se sentem determinadas pessoas quando precisam expor algo a um grande público.

Tentar amenizar o medo delas foi o que fez o facilitador Paulo Flores quando ministrou aos servidores a oficina “Dominando o medo de falar em público – expressão verbal”, no período de 16 a 19 de novembro, no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe).

Oficinas como essas, realizadas pela Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh), têm como objetivo capacitar os servidores para que reconheçam e superem suas deficiências, além de desenvolver, praticar e aprimorar o estilo pessoal de comunicação de forma autêntica e com plena utilização do potencial de cada um.

Conhecer profundamente o assunto que irá explanar, usar o contato visual prolongado, trabalhar a aparência, usar suas próprias palavras, dar ênfase especial aos cinco primeiros minutos de apresentação, foram algumas das técnicas aprendidas para se sair bem perante o público.

O maior resultado alcançado com essa oficina, segundo a encarregada da Seção de Treinamento, Vera Lúcia Costa, foi quando os participantes expuseram suas observações, ficando claro terem conseguido dominar o medo de falar em público.



Paulo Flôres ministra curso aos servidores do Tribunal



## Piauí

### Justiça Federal confraterniza-se com os prestadores de serviço

Magistrados e servidores da Seção do Maranhão, com o apoio do PGQVT, não esqueceram os prestadores de serviço e realizaram uma confraternização natalina como forma de agradecimento ao esforço e à dedicação dispensados durante o ano de 2004.

Na ocasião, o Diretor do Foro em exercício, Juiz Federal Marcio Braga Magalhães, agradeceu a todos pela contribuição nos incansáveis serviços prestados nas áreas de segurança, vigilância, limpeza e manutenção do edifício-sede, propiciando a magistrados e servidores um ambiente seguro e saudável, o que contribuiu para uma melhor qualidade de vida no trabalho.

### Projeto Pró-dentinho

Em continuidade à Campanha Odontológica deslançada no ano passado, a Justiça Federal do Piauí, através do PGQVT e em parceria com o Pró-Social, executou, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2004, o Projeto Pró-Dentinho, objetivando, precipuamente, a prevenção da cárie infantil.

O primeiro dia da Campanha Odontológica foi dedicado especialmente aos servidores da Casa, oportunidade em que foi proferida a palestra sobre implante dentário e realizada uma mesa clínica com peças demonstrativas sobre tipos de aparelhos ortodônticos e suas inovações e realizado, durante todo o dia, atendimento odontológico para profilaxia.

O dia seguinte foi efetivamente dedicado às crianças. Cerca de 120 delas, na faixa etária de 03 a 12 anos, filhos de servidores da Casa, prestigiaram o evento acompanhados pelos pais e/ou responsáveis.

As atividades da Campanha Odontológica prosseguiram até o dia 30 de dezembro, com atendimento individualizado às crianças e com a devida orientação sobre higiene bucal.



Criança no escovódromo

Foto: Nilson Linhares

## Amazonas

### Feira de Saúde



Foto: Seção de Informática

Dinâmica de grupo realizada durante a palestra "Relações humanas no trabalho: ambiente, emoções e doenças"

A IV Feira de Saúde da Seção Judiciária do Amazonas - com o tema "Saúde no Trabalho: Fatores Estéticos e Psicológicos" - foi realizada nos dias 25 e 26 de novembro pelo PGQVT/AM e pela Diref.

A programação foi diversificada, com estandes de Combate e Controle do Câncer de Mama e Uterino; de Vacinação; de Reeducação Alimentar; de Depilação e Manicure; do Método Pilates, entre outros.

Foram ministradas palestras relacionadas ao tema da Feira, como: "Relações humanas no trabalho: ambiente, emoções e doenças" e "Reeducação Alimentar".

Um coquetel natural foi servido aos participantes.

### Eventos do mês de outubro

Na Seção Judiciária do Amazonas, durante o mês de outubro, foram realizados dois eventos especialmente preparados pela DIREF, PGQVT/AM e ASSEJUF/AM, que objetivaram o entrosamento e a descontração dos servidores da Seccional.

No dia 15, aconteceu o lançamento do 3º número da *Círculus* - Revista da Justiça Federal do Amazonas, além de homenagem ao Juiz Federal Klaus Kuschel.

No dia 28, a Juíza Federal Geneviève Grossi Orsi também foi homenageada.

Nos eventos foram servidos coquetéis e os servidores puderam conferir as performances dos cantores amazonenses João Sarmiento e Márcia Siqueira.

## *diciárias*

as pelas Seccionais

### *Goiás*

#### **Creche Obra do Berço recebe doações do PGQVT/GO**

O PGQVT-GO realizou durante o mês de dezembro uma campanha de arrecadação de alimentos em solidariedade às crianças assistidas pela creche Obra do Berço, da Irradiação Espírita Cristã.

No dia 16 de dezembro, em nome de todos aqueles que participaram da campanha, a servidora Celina Nery (Pró-Social) realizou a entrega dos alimentos arrecadados.

Foram arrecadados 55 kits compostos por farinha láctea, açúcar, achocolatado, bolachas, leite em pó, maisena, suco e gelatina. Além disso, foram arrecadados kits incompletos, faltando apenas um ou dois itens. Desta forma, a meta de 90 kits, solicitados pela instituição, foi atingida.

A maioria das crianças da creche Obra do Berço são de famílias muito carentes, que necessitam do auxílio da instituição para que seus filhos possam ter uma alimentação adequada.

Os alimentos doados serão encaminhados às famílias para suprir as necessidades das crianças durante o recesso da creche, iniciado no final de dezembro de 2004.

Foto: Walter Maurício



*Crianças na creche*

### *Amapá*

#### **Entrega de cestas natalinas**

Foto: Gilvana Maria C. Tourinho



*Prestadores de serviço recebem cestas natalinas*

Sensibilizados pelo espírito natalino, os servidores da Seção Judiciária do Amapá, por intermédio da equipe do PGQVT, fizeram uma singela homenagem aos prestadores de serviço, como reconhecimento à importância de suas atividades para o bom desempenho dos serviços. A atividade valeu a pena, pois o retorno foi notado em cada semblante e em cada abraço dado. Foram distribuídas cestas básicas coletadas entre os próprios participantes.

### *Roraima*

#### **Confraternização de fim de ano**

A tradicional confraternização de dezembro teve um novo formato este ano. Em vez do jantar, magistrados, servidores, estagiários e terceirizados reuniram-se para um café da manhã no dia 17, no restaurante da seccional. Após as mensagens dos Juízes Federais Giovanni Morgan, do Diretor do Foro em exercício, Hélder Girão Barreto e do representante dos servidores, valeu aquele passeio pela mesa farta de salgados e doces – para muitos o prenúncio de um Ano Novo de dieta básica nos primeiros meses. Logo após a refeição, foram sorteados diversos brindes, oferecidos por fornecedores, pela Assejuf e pelos próprios servidores.

Foto: João Claver



*O sorteio de brindes fez a alegria dos presentes*

## Minas Gerais

### Seção Judiciária de Minas Gerais lança sua primeira revista

Foto: Ana Clédia Zorzal Pena Moreira



*O Juiz Federal Diretor do Foro, Renato Martins Prates, comemora o lançamento ao lado dos colaboradores da primeira edição, a Juíza Federal aposentada Maria José de Macedo Ribeiro e o Ministro do STJ aposentado Adhemar Ferreira Maciel*

“Justiça em Revista” é o nome da publicação trimestral lançada em novembro pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais. Em 32 páginas coloridas, Arte e outros temas propícios à reflexão, além de reportagens sobre as mais relevantes questões institucionais e políticas. A seleção dos artigos e a definição da pauta são feitas pelo Conselho Editorial, que congrega juízes e servidores.

A revista foi lançada no dia 19 de novembro com uma palestra do jornalista Dídimo Paiva, editor de Opinião do jornal “Estado de Minas” e com um coquetel oferecido pela Serjus. Estiveram presentes todos os colaboradores da primeira edição da revista, além dos juízes da Casa, jornalistas e funcionários da JFMG.

## Mato Grosso

### Diretor do Foro visita Sinop

Foto: Almerinda Barros

O Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, Diretor do Foro da Seccional de Mato Grosso, em visita à cidade de Sinop, por ocasião da instalação do IV Juizado Especial Federal Itinerante no Estado, no dia 7 de dezembro, aproveitou para definir o terreno que a Prefeitura Municipal irá doar para a construção do prédio que abrigará a Vara Federal naquela cidade.

O Diretor do Foro escolheu também o prédio onde funciona atualmente a Polícia Civil no Município para provisoriamente instalar a Vara.

Estiveram presentes, além do Juiz Julier Sebastião da Silva, o Juiz Federal Warney Paulo Nery Araújo, Coordenador do Juizado Especial Federal Itinerante no Estado de Mato Grosso e o Diretor da Secad, Divino Célio Carneiro.



*Os Juízes Federais Julier e Warney, juntamente com o servidor Divino (Secad), definem o terreno para abrigar a sede da Vara Federal em Sinop.*

## Rondônia

### PGQVT encerra ano

As ações implementadas pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT - na Seção Judiciária de Rondônia alcançaram plenamente os resultados pretendidos, na avaliação do diretor do Núcleo Administrativo, Waldirney Guimarães Resende, coordenador do PGQVT na Seccional.

No relatório de acompanhamento recentemente divulgado, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Resolução Pró-Social nº 06 de 13.12.2004, são apresentados os trabalhos realizados nos aspectos organizacional, psicológico, de saúde e social. No primeiro, dois destaques: a homenagem aos servidores com dez anos de serviços prestados à Justiça Federal e a inauguração da Sala de Amamentação.

Na parte psicológica, a capacitação de dois membros do PGQVT-RO no III Encontro de Coordenadores e IV Congresso da ABQV. No lado social: realização da IV Mostra Cultural, informação aos novos servidores sobre o trabalho do programa e divulgação de artigo científico num trabalho final do curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia.

Em relação ao aspecto saúde foram muitas as atividades, a saber: implantação da Sala de Shiatsu terapia, com frequência média de 7,4 servidores/dia, dentro do projeto “De bem com a vida”; compra de uma esteira de massagem eletrônica e de dois massageadores; III Feira de Saúde, com prevenção ao estresse e doenças laborais, massagens, ginástica laboral e sessão de relaxamento; eventos durante o Dia Internacional da Mulher e o Dia das Mães.

### Ações para o primeiro semestre

Para 2005, o cronograma relativo ao primeiro semestre prevê, entre outros, os seguintes eventos: homenagem por tempo de serviço durante as comemorações dos 22 anos de instalação da Justiça Federal em Rondônia; capacitação de servidores, em conjunto com a seccional acreana; curso “Salvando uma vida”, de primeiros socorros; oficina semanal de dança de salão; massagens diversas às sextas-feiras; ginástica laboral; participação em atividades culturais em Porto Velho; passeio turístico e de lazer à cidade de Alto Paraíso, com a finalidade de assistir à Corrida Nacional de Jerico.

## Bahia

### Presidente do TRF-1ª Região anuncia instalação de varas federais



Foto: Gésner Braga

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, concedeu entrevista coletiva à imprensa de Salvador no dia 6 de janeiro, na sede da Seção Judiciária da Bahia. Durante a coletiva, o Presidente anunciou a instalação de 41 varas federais em 2005 nos Estados que compõem a Primeira Região e no Distrito Federal.

O Desembargador Federal Aloísio Palmeira citou os municípios baianos que serão beneficiados com a interiorização da Justiça Federal, apresentando dados estatísticos sobre a população e a dimensão territorial das áreas que ficarão sob a jurisdição das novas subseções judiciárias. Além de mais uma vara federal em Salvador, a Bahia contará com subseções em Barreiras, Campo Formoso, Eunapólis, Feira de Santana, Guanambi, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista.

Entre os aspectos mais importantes da expansão da Justiça Federal para o interior, o Presidente destacou a competência criminal das novas varas, que favorecerá as ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, bem como a implantação de juizados especiais federais adjuvados nas diversas subseções judiciárias. Também anunciou a necessidade de realização de concurso público para provimento de cargos de juiz federal substituto, bem como a nomeação de novos servidores.

## Ano Novo

Neste ano tive que explicar a meu filho o que penso que seja o *reveillon* - uma das difíceis tarefas da maternidade e da paternidade, ajudar na construção de conceitos.

Penso que o *reveillon* seja a celebração da passagem do tempo. A passagem do tempo nos diz que mais um pedaço da vida se foi, celebramos nossas conquistas, avaliamos nossas perdas, sonhamos com o que pode ser o futuro. Foi assim em 2004, desejo que seja assado em 2005.

No início de cada ano não raro escutamos alguém dizendo: “Ano novo, vida nova!”. O desejo de mudança está sempre presente na celebração do ano novo. Muitas pessoas até escrevem uma lista de boas intenções: parar de fumar, fazer ginástica, caminhar, meditar...

A verdade é que grande parte dessas pessoas acaba não efetivando essas mudanças, a despeito da passagem do tempo e de suas intenções mais honestas. Passadas as festas, a vida continua praticamente a mesma de sempre.

O que é preciso para que uma mudança realmente ocorra? Por que é tão difícil mudar?

“Querer é poder”, dizem alguns, mas sabemos que só querer não é o bastante.

Querer é apenas um passo.

Para ser alguém novo, modelo 2005, é preciso que, de alguma forma, o jeito de ser e de viver em 2004 morra. Somente haverá vida nova se tivermos a graça de esquecer o que fomos sempre. Aí reside a dificuldade!

Em artigo publicado no Jornal Correio Popular, o psicanalista Rubem Alves abordou de forma muito interessante o tema da transformação.

Transcreverei a seguir um trecho do artigo, com a expectativa de que ao menos ele nos propicie alguma reflexão, nos auxiliando a efetivar as mudanças desejadas:

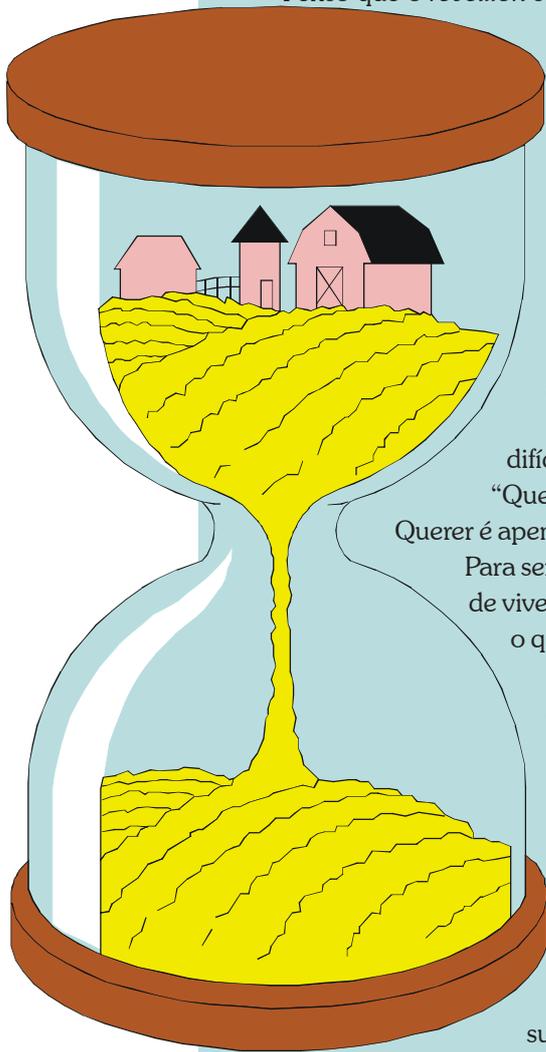
“As cigarras passam a maior parte de suas vidas debaixo da terra, alimentando-se das raízes das árvores. Disseram-me que há certas espécies de cigarras que chegam a viver 15 anos debaixo da terra. De repente, alguma coisa acontece, e surge dentro delas um impulso irresistível para mudar. Saem então dos seus túneis, sobem pelos troncos das árvores, arrebentam suas cascas, subterrâneas gaiolas, e se transformam em seres alados. Se elas

não abandonarem suas cascas não se transformarão em seres alados. Continuarão a ser seres subterrâneos. Nossos demônios são nossas cascas. Abandonar as cascas é esquecer a forma subterrânea de ser.

A grande transformação das cigarras acontece quando a morte se aproxima. É a proximidade da morte que lhes diz: ‘Chegou a hora de voar, cantar e fazer amor, para continuar a viver...’

Eu acho que a morte é o único poder capaz de nos trazer vida nova. A consciência da morte nos força a sair de nossas sepulturas, nos dá asas, nos convida a voar e a amar.”

Desejo a todos um belo 2005!



**Daniella Meira Lima**

Psicóloga do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pós-graduada em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília. E-mail: daniella.lima@trf1.gov.br



# Bem-me-quer

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

## Dicas de Verão

No verão se devem ter alguns cuidados básicos com a alimentação. A pele e o corpo não devem ser deixados de lado na estação mais quente do ano. A preocupação com a saúde é essencial neste período.

Verão é sinônimo de sol, e os especialistas são unânimes em dizer que, mesmo os mais bronzeados, estão sujeitos a envelhecimento prematuro da pele e enrugamento por causa da exposição excessiva ao sol. Além, é claro, de que o sol em excesso aumenta o risco de diversas formas de câncer de pele, inclusive do melanoma, potencialmente letal.

Por isso, neste verão, trate de proteger bem sua pele, utilizando protetor solar apropriado, que filtre tanto os raios ultravioleta A, quanto os do tipo B, da luz do sol. As crianças, especialmente, precisam estar protegidas - com um protetor que apresente pelo menos 15 pontos no fator de proteção solar.

Mas não é só a pele que precisa ser protegida. Os olhos também são sensíveis ao sol, e a exposição excessiva pode aumentar o risco de cataratas. Escolha óculos de sol que bloqueiem pelo menos 99% dos raios ultravioleta A e B.

### Como se cuidar no verão:



- ♦ Beba mais de dois litros de água para ficar hidratado. Evite os refrigerantes e opte pelos sucos de fruta.
- ♦ Evite alimentos gordurosos. Prefira saladas de verduras, legumes e carnes magras. As frutas são ótima opção.
- ♦ Fuja dos raios de sol entre 11h e 16h no horário de verão. Todas as pessoas, independente do tipo de pele, devem utilizar protetores solares com FPS 15, no mínimo.

- ♦ Use óculos de sol. Eles protegem os olhos da claridade.
- ♦ Use chapéu ou boné para proteger os cabelos. Pessoas calvas não podem ficar sem esse tipo de acessório.
- ♦ Use roupas leves e de algodão para ajudar na absorção do suor e manter o corpo em sua temperatura ideal.
- ♦ Reaplique o protetor solar com frequência, se tiver que ficar períodos prolongados sob o sol, depois de um banho de mar ou piscina, de excessiva transpiração ou de atividade que tenha requerido esforço adicional.
- ♦ Sempre que possível, fique à sombra, principalmente nas horas mais quentes, próximas do meio-dia. Planeje suas atividades para antes das 10 da manhã e para depois das 4h da tarde, quando os raios do sol são menos intensos.
- ♦ Tome muito cuidado com superfícies que refletem a luz, como areia, concreto ou água. Se estiver por perto de alguma dessas, passe protetor solar na pele mesmo que esteja sob a sombra, porque os raios refletidos podem atingir você.
- ♦ Procure hidratar o corpo depois de se expor ao sol. Prefira loções e cremes que contenham hidratantes como vitamina E ou aloe, para repor a umidade perdida durante a exposição ao sol.

**Após tomar todos esses cuidados,  
aproveite o verão, afinal ele só acontece uma vez por ano!!**

# Dicas Culturais

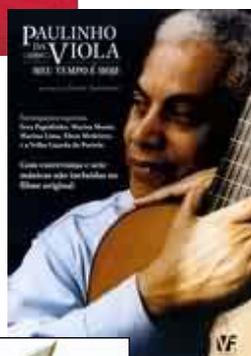
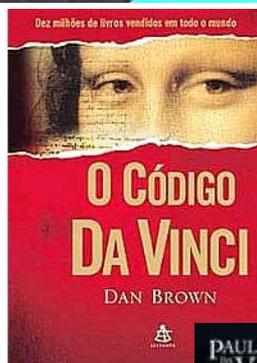
## Livro: O Código Da Vinci

Autor: Dan Brown

Editora: Sextante

Sinopse:

A obra “O Código Da Vinci”, quarto romance do norte-americano Dan Brown, ex-professor de literatura, é campeã de vendas. São mais de 10 milhões de livros vendidos no mundo, dos quais 420 mil só no Brasil. Nas 476 páginas, encontra-se a história de uma investigação policial em torno da morte de um pesquisador do Museu do Louvre, em Paris. A neta da vítima, Sophie Neveau, criptóloga judicial, e Robert Langdon, professor de simbologia religiosa, unem-se para descobrir o que teria acontecido. No meio do caminho, tornam-se suspeitos do assassinato e fugitivos da polícia. As investigações levam a um caminho surpreendente: a busca do Santo Graal. O Código Da Vinci já foi traduzido em 42 idiomas e como se não bastasse o sucesso de vendas, a obra literária vai ser adaptada às telonas. O filme terá a direção de Ron Howard e será lançado pela Sony Entertainment em maio de 2006. O protagonista da longa-metragem, Robert Langdon, será interpretado pelo ator americano Tom Hanks.



## Vídeo e DVD: Paulinho da Viola – Meu Tempo é Hoje

Artista: Paulinho da Viola

Gênero: Documentário

Sinopse:

O documentário “Paulinho da Viola - Meu Tempo é Hoje” narra um perfil afetivo do cantor, instrumentista e compositor. Dirigido por Izabel Jaguaribe e com roteiro do jornalista Zuenir Ventura, o filme mostra os mestres e os amigos de Paulinho da Viola, suas influências musicais e ainda a rotina discreta e muito peculiar do artista, percorrendo atividades e hábitos, desconhecidos pelo grande público. A grande surpresa do DVD vem das reflexões feitas pelo músico sobre um único tema: o tempo. O documentário registrou ainda encontros musicais de Paulinho da Viola com outros artistas consagrados da MPB como Marina Lima, Elton Medeiros, Zeca Pagodinho, Marisa Monte e a Velha Guarda da Portela.

## CD: Roupas Acústico

Grupo: Roupas Nova

Gênero: Pop Nacional

Gravadora: Universal Music

Sinopse:

O Roupas Nova retorna à cena musical e comemora mais de 25 anos de carreira com este trabalho acústico. O lançamento conta com um repertório sofisticado, com versões acústicas para sucessos como “Whisky A Gogô”, “Sapato Velho”, “Dona”, “Linda Demais” e “Volta Pra Mim”. O álbum traz também as inéditas “Flor Da Pele”, “Razão De Viver” e “Já Nem Sei Mais”, além das participações de Ed Motta e Chitãozinho e Xororó. Roupas Nova Acústico é uma boa pedida para matar a saudade daquelas canções de sucesso dos anos 80, porém inesquecíveis.

## Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

### Marque a afirmativa inadequada:

- É errado empregar a vírgula antes de “etc”.
- Existe polêmica em relação ao emprego da vírgula antes de “etc”. Alguns autores não o fazem porque desmembram a abreviatura na expressão de origem “et caetera”, que significa “e as demais coisas”, e porque não aceitam a separação por vírgula de termos que estejam imediatamente contíguos.
- A vírgula aparece antes de “etc” na maioria das gramáticas da língua portuguesa, em quase todos os dicionários, no Acordo Ortográfico de 1943 e no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, inclusive em alguns textos daqueles que criticam seu emprego nesse caso.
- Não existe na língua portuguesa regra oficial que proíba o emprego da vírgula antes de “etc” ou que o obrigue.
- A língua sofre alterações, e há muito a expressão “et caetera” foi reduzida à abreviatura “etc.”, perdendo, assim, o “et” latino sua identidade, como ocorreu com diversas expressões que deram origem a vocábulos da língua portuguesa e que não são desmembradas para separadamente funcionar em nossa língua. Não há mais a conjunção, mas existe a significação de adição, fato que justifica a não-anteposição da conjunção “e” (aditiva) ao “etc.”, mas que não justifica a proibição da vírgula antes da mesma abreviatura.

Resposta: a

# Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE

## Quadro II

### Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios (Dados até 30/11/04)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
<b>I - Despesas Área Social</b>			
1 - Auxílio Alimentação	27.322.969,66		27.322.969,66
2 - Creche	4.491.925,30		4.491.925,30
3 - Auxílio Transporte	533.379,71		533.379,71
4 - Programa Qualidade de Vida		136.672,77	136.672,77
<b>Subtotal I</b>	<b>32.348.274,67</b>	<b>136.672,77</b>	<b>32.484.947,44</b>
<b>II - Despesas Médicas</b>			
1 - Consultas	1.889.636,83	1.384.522,15	3.274.158,98
2 - Exames Laboratoriais	1.102.169,82	807.552,52	1.909.722,34
3 - Exames Radiológicos	1.014.052,20	742.989,31	1.757.041,51
4 - Internações	3.919.136,92	2.871.525,58	6.790.662,50
5 - Psicologia	632.209,10	463.215,40	1.095.424,50
6 - TFD		54.822,43	54.822,43
7 - Outras	2.720.457,28	1.993.260,97	4.713.718,25
<b>Subtotal II</b>	<b>11.277.662,15</b>	<b>8.317.888,36</b>	<b>19.595.550,51</b>
<b>III - Despesas Odontológicas</b>			
1 - Dentisteria	795.856,14	583.118,51	1.378.974,65
2 - Prótese Dentária	959.503,19	703.021,61	1.662.524,80
3 - Periodontia	227.986,91	167.044,49	395.031,40
4 - Radiologia	184.627,44	135.275,29	319.902,73
5 - Endodontia	128.679,73	94.282,78	222.962,51
6 - Outras	412.614,34	302.319,79	714.934,13
<b>Subtotal III</b>	<b>2.709.267,75</b>	<b>1.985.062,47</b>	<b>4.694.330,22</b>
<b>IV - Despesas Área Administrativa</b>			
1 - Fenaserjus		2.250.498,55	2.250.498,55
2 - Seguro de Vida		253.934,18	253.934,18
3 - Passagens e Hospedagem		59.900,66	59.900,66
4 - Outras		466.882,63	466.882,63
<b>Subtotal IV</b>		<b>3.031.216,02</b>	<b>3.031.216,02</b>
<b>Total Geral</b>	<b>46.335.204,57</b>	<b>13.470.839,62</b>	<b>59.806.044,19</b>

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

**Outras médicas:** fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

**Outras odontológicas:** consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

**Outras administrativas:** medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

## DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2004)

### Quadro I

R\$1,00

MÊS	UNIAO				RECURSOS PRÓPRIOS							DESPESAS	SALDO
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				DESPESAS			
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS		TOTAL		
Saldo Dez/03		770.020,00		770.020,00						7.705.714,48		7.705.714,48	
jan/04	770.020,00	15.963.000,00	313.635,00	16.419.385,00	7.705.714,48	1.413.658,52	50.840,89	111.262,88	50.979,63	1.626.741,92	779.787,53	8.552.668,87	
fev/04	16.419.385,00		369.058,00	16.050.327,00	8.552.668,87	1.412.537,42	53.987,60	91.965,62	30.941,44	1.589.432,08	1.280.711,80	8.861.389,15	
mar/04	16.050.327,00		1.038.030,00	15.012.297,00	8.861.389,15	1.377.931,29	66.706,03	92.103,70	109.081,12	1.645.822,14	2.024.414,48	8.482.796,81	
abr/04	15.012.297,00		561.007,00	14.451.290,00	8.482.796,81	1.388.281,71	73.089,73	100.904,56	140.382,83	1.702.658,83	1.225.495,84	8.959.959,80	
mai/04	14.451.290,00		1.241.920,00	13.209.370,00	8.959.959,80	1.429.017,13	69.507,93	101.169,71	182.205,18	1.781.899,95	1.518.110,08	9.223.749,67	
jun/04	13.209.370,00		2.080.488,00	11.128.882,00	9.223.749,67	1.394.425,34	70.507,05	106.734,82	67.683,35	1.639.350,56	1.090.881,10	9.772.219,13	
jul/04	11.128.882,00		2.109.602,00	9.019.280,00	9.772.219,13	1.411.112,58	85.488,56	110.075,78	88.393,79	1.695.070,71	933.913,63	10.533.376,21	
ago/04	9.019.280,00		1.561.035,00	7.458.245,00	10.533.376,21	1.401.535,42	81.156,99	129.705,25	70.246,22	1.682.643,88	1.039.616,22	11.176.403,87	
set/04	7.458.245,00		2.012.855,67	5.445.389,33	11.176.403,87	1.420.944,02	74.780,02	117.761,77	161.683,59	1.775.169,40	1.114.553,54	11.837.019,73	
out/04	5.445.389,33		1.608.698,00	3.836.691,33	11.837.019,73	1.505.785,30	88.290,13	108.692,26	81.823,97	1.784.591,66	980.389,07	12.641.222,32	
nov/04	3.836.691,33		1.090.596,00	2.746.095,33	12.641.222,32	1.435.727,04	79.504,22	129.708,18	85.595,58	1.730.535,02	1.482.966,33	12.888.791,01	
dez/04				-								-	
<b>TOTAL 2004</b>		<b>16.733.020,00</b>	<b>13.986.924,67</b>	<b>2.746.095,33</b>		<b>15.590.955,77</b>	<b>793.859,15</b>	<b>1.200.084,53</b>	<b>1.069.016,70</b>	<b>26.359.630,63</b>	<b>13.470.839,62</b>	<b>12.888.791,01</b>	

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/03" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.

# VIII Concurso Nacional de Monografias



## **Categoria Profissional**

### **Violência Urbana:**

causas endógenas e exógenas e os instrumentos de repressão

#### PREMIAÇÃO

- 1º lugar – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
- 2º lugar – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
- 3º lugar – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

## **Categoria Universitário**

### **Ações Afirmativas no Brasil:**

sistema de cotas, amplitude e constitucionalidade

#### PREMIAÇÃO

- 1º lugar – R\$ 3.000,00 (três mil reais)
- 2º lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
- 3º lugar – R\$ 1.000,00 (um mil reais)

## **Patrocínio**



**BANCO DO BRASIL**



Programação Visual: DIEDI

## **Prazo final**

**PRORROGADO ATÉ 28  
DE FEVEREIRO**

O edital e a ficha de inscrição  
estão disponíveis no *site*

**[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)**

## **Local de entrega**

Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD/SECJU  
Setor de Apoio a Comissões – SEPOC

Praça dos Tribunais Superiores, bloco A,  
Edifício-Sede, térreo, sala 16  
CEP: 70070-900 Brasília/DF  
tels.: (61) 314-5356 e 314-5389  
e-mail: [sepoc@trf1.gov.br](mailto:sepoc@trf1.gov.br)